

UNIVERSIDADE DE LISBOA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Educação para a Cidadania e Igualdade de Género em Portugal e Moçambique

Luísa Natéssia Marufo

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

Área de especialização em Formação de Adultos
Relatório de Estágio Orientado pela Prof^a. Dr.^a Natália Alves

2010

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	5
I – INTRODUÇÃO.....	6
II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	8
1- Educação e Ensino.....	8
1.1- Educação para a Cidadania.....	11
2- Políticas para a Igualdade de Género.....	17
2.1- Igualdade de género na educação.....	22
2.2- A Igualdade de Género em Moçambique.....	23
2.3- A Igualdade de Género em Portugal.....	26
III - CARACTERIZAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES.....	29
1- Caracterização da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).....	29
1.1-Orientações gerais e específicas da CIG.....	29
1.1.1-Missão.....	29
1.1.2-Atribuições.....	30
1.1.3-Outras atribuições específicas.....	31
1.2-Ambiente Interno e Externo da Organização.....	32
1.2.1-Orgãos e Cargos de Direcção.....	32
1.2.2-Organização Interna.....	33
1.2.2.1- Unidades orgânicas nucleares.....	33
1.2.2.2- Unidades orgânicas flexíveis e equipas multidisciplinares.....	33
1.2.3-Conselho Consultivo.....	34
2-Caraterização da Associação União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)...	34
2.1- Contextualização histórica.....	34
2.2 – Área de intervenção.....	35
2.3 - Principais linhas de orientação.....	36
2.4- Grupo de Trabalho.....	36
IV – O MEU ESTÁGIO.....	37
1-Objectivo de intervenção.....	38

2- Objectivos cognitivos.....	38
2.1-Carácter pessoal.....	38
2.2-Carácter académico.....	39
PROJECTO1: ENQUADRAMENTO POLÍTICO E EDUCATIVO DA PROMOÇÃO DE CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE E PORTUGAL.....	40
1-Apresentação do projecto.....	40
2- Objectivos.....	40
2.1- Objectivo geral.....	40
2.2- Objectivo específico.....	40
3-Análise e interpretação dos Resultados.....	41
3.1-Enquadramento político e legal da promoção da Cidadania e Igualdade de Género.....	41
3.1.1-Constituição da República.....	41
3.1.2- Estrutura de governo.....	43
3.1.3- Leis afins às políticas de cidadania e igualdade de género.....	44
3.1.3.1-Moçambique.....	44
3.1.3.2-Portuga.....	44
3.1.4-Especificidade da regulamentação nas áreas da cidadania e Igualdade de género.....	45
3.1.4.1-Moçambique	45
3.1.4.2- Portugal.....	46
1.1.5- Especificidades gerais ao nível de cada Estado.....	47
1.1.5.1-Contexto Socioeconómico e Demográfico.....	47
3.2-Enquadramento das Políticas da promoção da cidadania e Igualdade de género na educação....	50
3.2.1-Políticas gerais.....	50
3.2.2-Programas educativos de cidadania e igualdade de género.....	52
PROJECTO2: BIBLIOTECAS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO – MOÇAMBIQUE.....	55
1-Apresentação do projecto.....	55
2-Diagnóstico da Situação.....	57
3-Área geográfica.....	57
4-Objectivos.....	57
4.1-Objectivos gerais.....	57
4.2-Objectivos específicos.....	58
5-Temas Subjacentes.....	58
6-Estratégias.....	58
7-Público-alvo.....	59

8-Planificação das actividades.....	60
9-Recursos Humanos.....	62
10- Recursos Materiais.....	62
11-Potenciais Patrocinadores	62
12-Avaliação do projecto.....	63
13-Sustentabilidade futura.....	63
14-Aspectos internacionais.....	64
15-Protocolos.....	64
15.1-Moçambique.....	64
15.2-Portugal	64
16-Divulgação	65
V – CONCLUSÃO/REFLEXÃO.....	66
VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
1-Livros Consultados.....	69
2-Sites Pesquisados.....	69
VII- ANEXOS	73
Anexo nº 1 - O Decreto-lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro	
Anexo nº 2 - Decreto-lei n.º 164/2007, de 3 de Maio	
Anexo nº 3 - Organograma da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)	
Anexo nº 4 - Caracterização dos recursos humanos e financeiros da CIG	
Anexo nº 5 - Organograma da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)	
Anexo nº 6 - Grelha sobre o enquadramento político e educativo da promoção de Cidadania e Igualdade de Género em Moçambique e Portugal	
Anexo nº 7 - Constituição da República de Moçambique	
Anexo nº 8 - Constituição da República Portuguesa	
Anexo nº 9 - Sistema Nacional de Educação de Moçambique	
Anexo nº 10 - Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (Alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro)	
Anexo nº 11 - Número total de alunos inscritos no ensino secundário e técnico profissional da Província de Sofala (Moçambique)	

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por agradecer a todas as pessoas que a título pessoal, me permitiram transformar um sonho num objectivo e mais tarde, numa realidade. É com gratidão e apreço que agradeço:

À Dr.^a Elza Pais pelo apoio que me facultou na CIG. O meu muito obrigado ao Dr. Manuel Barroso pela orientação, pela bibliografia e legislação facultada.

À Dr.^a Manuela Tavares, Dr.^a Salomé Coelho e Dr.^a Joana pela sua orientação e por terem proporcionado as condições necessárias para a realização do Projecto BIG em Moçambique.

Um muito obrigado à Instituição CIG, UMAR, Embaixada de Moçambique em Portugal e Direcção Provincial de Sofala (Moçambique), por terem permitido a recolha de dados e informação fundamental, sem a qual não seria possível elaborar este relatório.

Ao Dr. Martins Cumanga, Dr. Fernando Silva, Dr. Hélder Nhancalaza, a Dr.^a Helena Fulane, Dr.^a Elisa Paisano pelo tempo disponibilizado, pelos seus conselhos, orientação e bibliografia fornecida.

À Professora Natália Alves pelo apoio prestado na orientação deste trabalho. Gostaria também de agradecer a todos os professores deste curso de Mestrado pelos contributos científicos e pelas oportunidades de reflexão.

A todos os colegas das várias instituições por onde passei que gentilmente disponibilizaram o seu tempo e que tornaram possível realizar este relatório.

Aos meus colegas de Mestrado que me acompanharam nesta jornada, pelo que muito aprendi com eles e a todas as amigas pelo interesse demonstrado e pelas palavras de apoio.

À minha família pelo carinho, paciência e compreensão disponibilizada e pelo seu encorajamento constante.

RESUMO

Este relatório situa-se no âmbito da Educação para a Cidadania e Igualdade de Género. A partir de uma concepção mais ampla, de uma abordagem mais globalizante das políticas da cidadania e igualdade de género, integraram-se outros contextos ao nível da escola e da comunidade.

Assim, este trabalho, propõe-se a analisar até que ponto a educação para a cidadania e igualdade de género tem contribuído para o desenvolvimento de um país e da sociedade em geral.

Tendo em atenção os objectivos propostos para este relatório, verificou-se que a análise documental e a observação seriam as melhores técnicas a utilizar.

Os resultados deste relatório apontam para um reconhecimento crescente por parte dos agentes sociais relativamente à importância da igualdade de género para a mudança social e cultural da sociedade. Constata-se que é importante combater estereótipos de género profundamente enraizados que determinam os papéis de homens e mulheres na sociedade e influenciam o desequilíbrio registado entre uns e outros no que toca ao trabalho remunerado e não remunerado.

A aposta na educação para a cidadania e igualdade de género constitui uma das maiores prioridades para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. Essa melhoria permite aumentar a competitividade na economia global, contribuindo desta forma para a promoção da equidade social através da redução das assimetrias sociais.

Palavras-Chave: Igualdade, Género, Educação e Cidadania.

I – INTRODUÇÃO

O presente relatório surge no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação – Área de Especialização em Formação de Adultos e tem como principal enfoque a apresentação do resultado do projecto de estágio desenvolvido ao longo desta especialização. A área de estudo está relacionada com a seguinte temática: ***“Educação para a Cidadania e Igualdade de Género em Portugal e Moçambique”***.

A escolha da temática partiu da necessidade de compreender quais os mecanismos que possibilitam a ocorrência da educação para a cidadania e igualdade de género na sociedade.

O estágio decorreu em duas instituições: inicialmente, no Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação (CEPDF) que pertence a CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, que é um organismo da Administração Pública com sede em Lisboa e uma delegação no Porto), e depois na Associação UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta). Esta associação está localizada em Lisboa e apresenta delegações na Cidade do Porto e Almada.

Neste relatório, será efectuada a caracterização das duas entidades, bem como a apresentação de dois projectos. O primeiro projecto, elaborado na CIG, tem como objectivo a apresentação de um estudo comparativo das políticas de Cidadania e Igualdade de Género em Moçambique e Portugal. Este estudo foi proposto pelo responsável do Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação e consiste em analisar duas áreas, referente ao panorama geral sobre cidadania e igualdade de género, tanto para Moçambique como para Portugal. As áreas são: Enquadramento político e legal da promoção da Cidadania e Igualdade de Género e Regulamento das Políticas da Promoção da Cidadania e Igualdade de Género na Educação. O segundo foi desenvolvido em colaboração com a UMAR e direcciona-se para a criação de um núcleo de Bibliotecas para a Igualdade de Género em Moçambique.

Como com o estágio pretendia aprofundar conhecimentos ao nível da cidadania e igualdade de género, seleccionei Moçambique devido ao facto de ser o meu país de origem e ser o local aonde pretendo efectuar a implementação deste projecto.

Em Moçambique, a educação é um dos campos de maior necessidade de intervenção. Essa intervenção não tem resultado em minha opinião devido à falta de políticas adequadas e objectivas que possam servir de vectores directores da organização da intervenção do Estado e das instituições privadas no combate às desigualdades sociais. Pois só com políticas de funcionamento bem definidas e objectivas é que todo o trabalho local e global poderá ser articulado e implementado, nomeadamente na formação e apoio efectivo aos jovens e às mulheres.

Com a experiência e os conhecimentos adquiridos em Portugal, pretendo regressar ao meu país de origem, para dar o meu contributo, no apoio a mulher moçambicana e não só. Moçambique ainda é um país muito jovem e carece muito de formação e educação para a Cidadania. Com este propósito me proponho implementar um projecto na área da Cidadania e Igualdade de Género. Pois neste país verifica-se muitas lacunas na assistência social, na educação para a cidadania, a nível governamental e institucional devido em parte à falta de formação e experiência a todos os níveis.

A pertinência e justificação para a realização deste relatório, tem na sua base todo o estudo que tem sido elaborado acerca do fenómeno da Educação para a Cidadania e Igualdade de Género nos jovens/adultos em Portugal, em Moçambique e no Mundo. A desigualdade social é motivo de preocupação na sociedade actual, tanto a nível nacional como internacional, pois este fenómeno verifica-se em todas as sociedades.

Sendo um fenómeno que assume diferentes facetas consoante o contexto em que está inserido, é claramente mais preocupante em certas áreas do globo, como é o caso dos países em vias de desenvolvimento, no entanto, é também uma realidade, se bem que com outras características nos países mais desenvolvidos, nomeadamente na Europa.

Sendo assim justifica-se a pertinência do estudo desta temática. Pois só desta forma, isto é, intervindo e investigando as causas que proporcionam o surgimento deste fenómeno é que se irão desenvolver novas estratégias de combate da problemática.

Este relatório é composto por:

- **Enquadramento Teórico/Conceptual** - nesta fase do trabalho pretende-se desenvolver conceitos importantes para o aprofundamento da temática em estudo: Educação e Ensino; Educação para a Cidadania; Políticas para a Igualdade de Género; Igualdade de Género na Educação; Igualdade de Género em Moçambique e Igualdade de Género em Portugal.
- **Caracterização das Instituições** – nesta parte irá ser apresentada de uma forma sucinta a caracterização das instituições.
- **Apresentação dos Projectos** - esta etapa está reservada a apresentação dos projectos realizados na CIG e UMAR.
- **Conclusão/Reflexão** - esta será a última parte do relatório. Nesta parte, serão relatadas as dificuldades e aprendizagens adquiridas ao longo de todo processo de transformação.

II - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Nesta fase irão se aprofundar as seguintes temáticas: Educação e Ensino; Educação para a Cidadania; Políticas para a Igualdade de Género; Igualdade de Género na Educação; Igualdade de Género em Moçambique e Portugal. Seleccionaram-se estas temáticas porque o seu aprofundamento nos permitirá obter um panorama geral sobre a Educação, Cidadania e Igualdade de Género, quer ao nível global como local.

1- Educação e Ensino

A educação pode ser vista sobre a perspectiva de duas vertentes: como uma ferramenta para olhar e compreender o mundo ou como um instrumento de participação na sua transformação de modo a que todas as pessoas tenham lugar e possam ser felizes. Assim sendo, na perspectiva de SILVESTRE (2008) a educação tem que ser entendida como uma tarefa e um instrumento de emancipação individual e colectiva, porque muitos são os problemas que a globalização coloca hoje, sendo muito mais importante a nossa capacidade de encarar esses problemas e dificuldades como oportunidades de melhorar-mos a nossa sociedade, ou seja, se formos capazes de encarar os desafios como oportunidades, termos uma maior capacidade de transformação da sociedade e do mundo, colocando ao serviço da humanidade a nossa energia criativa.

A aprendizagem dos diversos papéis sociais inicia-se desde as idades mais precoces, quer na vida familiar, quer no jardim-de-infância, ou seja, quando as crianças aprendem a diferenciar os papéis sociais atribuídos às mulheres e homens. Portanto é nesta fase que se enraíza a diferenciação que muitas vezes está na base de futuras desigualdades na sua forma de participação na vida familiar e profissional. Segundo SILVA *et al* (2000) é fundamental sensibilizar educadores de infância para esta problemática da desigualdade. Essa sensibilização, ocorre através da promoção de uma evolução positiva das atitudes relativamente aos papéis sociais atribuídos às mulheres e aos homens.

De acordo com CANÁRIO (2007) o percurso educativo decorre num *continuum* que cobre todo o ciclo vital, no qual se integram e articulam processos *formais* cujo protótipo é o ensino dispensado na escola, processos *não formais* marcados pela flexibilidade de horários, programas e locais, em regra de carácter voluntário sem preocupações de certificação e pensados “à medida” de públicos e situações singulares e processos *informais*

correspondentes a todas as situações potencialmente educativas, mesmo que pouco ou nada organizadas ou estruturadas.

Neste relatório será dado mais ênfase à educação não formal. Pois, é um dos critérios que vai prevalecer na concretização do projecto de estágio.

A “visibilidade” dos processos educativos não formais ocorre e afirma-se progressivamente a partir da segunda metade do séc. XX, no período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial e corresponde a um fenómeno que nasce do interior de um campo emergente de práticas educativas orientadas para públicos adultos. Neste período histórico, marcado por um processo de crescimento económico a uma escala sem precedentes na história da humanidade, a expansão da oferta educativa dirigida a adultos, bem como o crescimento exponencial dos sistemas escolares, só pode ser entendido no quadro da afirmação de uma ideologia “desenvolvimentista” que, de forma extremamente optimista, vê no investimento educativo a principal alavanca para o desenvolvimento e a construção de “sociedades de abundância” (CANÁRIO, 2007).

A educação não formal pode ser designada como um processo com quatro campos ou dimensões. O **primeiro** envolve a aprendizagem da política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a consciencialização dos indivíduos para a compreensão dos seus interesses e do meio social e da natureza que os envolve, por meio da participação em actividades de grupo. Participar de um Conselho de escola por exemplo, pode desenvolver essa aprendizagem. O **segundo**, diz respeito à capacidade dos indivíduos para o trabalho, por intermédio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades. O **terceiro**, diz respeito à aprendizagem e ao exercício de práticas que permite aos indivíduos se organizarem em objectivos comunitários, voltadas para a resolução de problemas colectivos quotidianos. O **quarto**, refere-se à aprendizagem dos conteúdos da educação formal, escolar, em formas e espaços diferentes. Aqui, o acto de ensinar se realiza de forma mais espontânea e as forças sociais organizadas de uma comunidade tem poder de interferir na delimitação do conteúdo didáctico fornecido bem como estabelecer as finalidades a que se destinam àquelas práticas (GOHN, 1999).

Geralmente, define-se a educação não formal por uma ausência, em comparação ao que existe na escola (algo que seria não intencional, não planeado, não estruturado), tomado como único paradigma a educação formal. A educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leituras de jornais, livros, revistas, etc., são considerados formas da educação informal (GOHN, 1999). CANÁRIO (2007, p. 210) partilha a mesma opinião quando afirma que “a aprendizagem das coisas que não são ensinadas, ou seja,

que não obedecem aos requisitos do modelo escolar, corresponde ao que de uma forma genérica se pode designar por educação não formal”. Para GOHN (1999) a organização e a estrutura do processo de aprendizagem são os dois elementos que diferenciam a educação não formal da formal. Na perspectiva do mesmo autor, o que diferencia a educação não formal da informal é que na primeira existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e/ou objectivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação familiar.

De acordo com Afonso (1992) citado por GOHN (1999) a educação informal ocorre nos espaços de possibilidades educativas no decurso da vida dos indivíduos como a família e tem carácter permanente.

Segundo SILVESTRE (2008) citando Simson, Park e Fernandes (2001) no que diz respeito aos espaços de educação não formal, estes, devem ser desenvolvidos seguindo alguns princípios: apresentar carácter voluntário, proporcionar elementos para a socialização e a solidariedade, visar o desenvolvimento social, evitar formalidades e hierarquias, favorecer a participação dos membros do grupo de forma descentralizada. A partir desta primeira caracterização, verifica-se que não se pode pensar na educação não formal descontextualizada da comunidade, pois, é difícil o envolvimento voluntário das pessoas com algo com o qual não se identificam.

Os espaços onde se desenvolvem ou se exercitam as actividades da educação não formal são múltiplos, a saber: na associação, nas organizações que estruturam e coordenam os movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos e nos partidos políticos, nas organizações não governamentais, nos espaços culturais e nas próprias escolas, nos espaços interactivos dessas com a comunidade educativa, etc. Entretanto, as categorias de espaço e tempo também têm novos elementos na educação não formal porque geralmente o tempo de aprendizagem não é fixado *a priori* e são respeitadas as diferenças existentes para a absorção e reelaboração dos conteúdos, implícitos ou explícitos, no processo de ensino/aprendizagem. Como existe a flexibilidade no estabelecimento dos conteúdos, segundo os objectivos do grupo, “a forma de operacionalizar estes conteúdos também tem diferentes dimensões em termo da sua operacionalização. Assim, o espaço também é algo criado e recriado segundo os modos de acção previstos nos objectivos maiores que dão sentido ao facto de determinado grupo social se estar a reunir” (GOHN, 1999, p. 101).

Na educação não formal, a cidadania é o objectivo principal e ela é pensada em termos colectivos, apesar do resultado do que se aprende seja absorvido individualmente. Organizam-

se processos de acesso à escrita e à leitura – por meio de métodos de alfabetização – para colectivos específicos, a saber: grupos de trabalhadores, grupos de jovens, adultos, etc., ou organizam-se processos de reciclagem ou formação, segundo determinadas demandas sociais (GOHN, 1999).

A Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada em 1986, é particularmente económico e omisso no que se refere às modalidades educativas não formais, assim como diminui a importância concedida à educação e à formação de adultos (CANÁRIO, 2007).

Na articulação entre as políticas de expansão da oferta educativa e as políticas orientadas para o desenvolvimento, algumas organizações supranacionais, com grande relevância para a UNESCO, desempenharam um papel fundamental. Sob a égide da UNESCO, emergiu um campo de educação e formação de adultos, marcado numa primeira fase pelas campanhas de alfabetização e que viria a conhecer um momento culminante com a afirmação, no início dos anos 70 do movimento de educação permanente. A acção conduzida pela UNESCO a nível planetário insere-se numa filosofia e prática educativas de “humanização do desenvolvimento” (Finger e Asún, 2003), numa perspectiva de valorização e centralidade da pessoa humana no âmbito dos processos educativos (CANÁRIO, 2007).

1.1- Educação para a Cidadania

A ideia de cidadania tem vindo a banalizar-se nos últimos anos. Nos vários discursos políticos, sociais e educativos, actualmente é constantemente debatido o papel e a responsabilidade da educação na promoção, construção e desenvolvimento de uma consciência e cultura cívica. De acordo com ARAÚJO (2008) cidadania é um conceito abrangente e indissociável da própria natureza social da instituição escolar, pois, desde os tempos remotos são atribuídas à escola a função de educação para a cidadania. Deste modo, a escola, através da educação, da instrução e do acesso à cultura letrada, da organização e da hierarquização de funções e da interiorização de valores, tem vindo a formar crianças e jovens para a sua inserção na sociedade.

Segundo PINTO (2005, pp. 1-2) o conceito de cidadania diz respeito à “capacidade de cada indivíduo participar activamente no processo de construção da sua *cidade*”. Por outras palavras, à capacidade interventiva de cada cidadão no processo de tomada de decisões que implicam a sua comunidade, da qual ele se sente parte activa, integrante.

Reconhece-se a cidadania como expressão de uma dupla participação dos indivíduos, que se constata ao nível da comunidade civil e da comunidade política. Consequentemente, as

noções de cidadão/cidadã e de cidadania expressam na sociedade os direitos essenciais do ser humano (PINHEIRO, 2006).

A cidadania, na prática implica por parte do indivíduo, uma tomada de consciência em contínua evolução. Isto significa que a cidadania acompanha as mudanças da temporalidade histórica. É neste contexto que a educação assume um papel insubstituível na formação das cidadãs e dos cidadãos e no progresso da cidadania. Educar para a cidadania implica a educação dos cidadãos e das cidadãs para os direitos humanos universais, tendo em conta a noção concreta do tempo e do lugar em que se vive e um apelo de perene consciencialização e responsabilização relativas também aos deveres de cidadania (PINHEIRO, 2006).

Para PINTO (2005) educar para a cidadania significa criar um conjunto de processos de aprendizagem que permitam a cada formando sentir-se parte integrante, integradora e fundamental de um todo complexo, dinâmico e orientado que é a sua comunidade, comunidade essa que importa descobrir em permanência.

O significado do conceito de cidadania é multifacetado e pluridimensional, pois, o seu conteúdo é variável entre culturas, regimes políticos e ao nível do significado linguístico que cada língua lhe atribui. Deste modo, ao se referir conceito de cidadania é necessário ter em atenção o contexto espaço-temporal a que se faz referência. Este é um conceito problemático, ambíguo, contestado e interpretado de diferentes formas com diferentes implicações normativas. Na óptica de ARAÚJO (2008), existem diferentes abordagens à concepção de cidadania que se inserem em três paradigmas distintos: comunitário, republicano e liberal.

Na **abordagem comunitária**, a cidadania implica a participação social e o serviço comunitário para o bem geral. Esta concepção fundamenta-se na noção de que ser cidadão significa pertencer a uma comunidade histórica. A individualidade de cada cidadão é construída e desenvolvida em termos dessa comunidade cultural e ética. Nesta concepção, a forma de manter a ordem e a coesão social implica a participação de todas as pessoas da comunidade num conjunto de actividades comunitárias de cidadania, com base numa perspectiva social e moral comum. Deste modo, para exercer a cidadania é fundamental assumir responsabilidade por problemas e assuntos que afectam outros cidadãos e manter as tradições que unem os indivíduos e os fazem sentir mais apoiados e inseridos. Apesar de poder considerar-se esta perspectiva determinista, na medida em que visualiza o indivíduo como socialmente determinado pela comunidade, é de salientar o interesse numa participação cívica para o bem público. No entanto, apesar do seu valor relativamente à importância atribuída à responsabilidade pela intervenção comunitária, esta tem sido frequentemente assumida por grupos sociais que aspiram um retorno a valores conservadores, ao mesmo

tempo que, numa lógica de maioria, acabam por impor formas de dominação que minimizam as diferenças (ARAÚJO, 2008).

A **abordagem republicana** constitui uma dimensão da perspectiva comunitária. Uma única comunidade, nomeadamente uma comunidade pública desempenha o papel fundamental nas questões de cidadania. Para os republicanos, a cidadania é definida como responsabilidade cívica e participação activa de todos os cidadãos na vida pública, ou seja, participação dos cidadãos nas tomadas de decisões, no valor da vida e debates públicos, defendendo a realização pessoal através da actividade política (ARAÚJO, 2008).

A **abordagem liberal de cidadania** (identificada por alguns como socioliberal) tem sido a concepção dominante na maioria das democracias ocidentais desde a Segunda Guerra Mundial. Nesta abordagem, a cidadania está relacionada com interpretações relativamente limitadas, formais e legais. O termo implica o facto de se terem direitos (liberdade de expressão, de voto ou benefícios sociais) bem como obrigações legais (pagar impostos ou servir as forças armadas). Esta abordagem defende uma concepção de cidadania como um direito social e como um estatuto de igualdade. A cidadania tem um estatuto universal e igualitário, pois, todas as pessoas do mesmo Estado são consideradas cidadãos iguais porque têm os mesmos direitos (civis, políticos e sociais) e deveres. A ideia central é que uma vez cidadãos com os mesmos direitos, oportunidades e liberdades os indivíduos são livres de atingir ou de viver diferentes concepções do bem. Assim, os indivíduos devem ter toda liberdade possível para exercer os seus direitos e desenvolver as suas competências individuais, sob o mínimo de interferência possível do Estado e dos seus concidadãos (ARAÚJO, 2008).

Segundo VASCONCELOS (2007) ser cidadão implica o exercício de direitos e deveres e, mais do que isso, uma negociação entre direitos e deveres de modo a que sempre prevaleça o bem comum. Nesta perspectiva, ser cidadão pressupõe identidade e pertença, mas também, o sentido solidário de participação numa causa comum.

Para Dewey (1997) citado por BENTO (2001) ser cidadão envolve a participação política e cívica, ou seja, é um modo de vida nas suas múltiplas dimensões (sociais, morais, culturais) e daí que não surpreenda que numa escola que, isomorficamente, “tem de representar a vida”, a cidadania seja assumida como o tema organizador de todo o currículo e uma tarefa que deve animar a escola como projecto trans-educativo, passando pela sua atmosfera organizacional, pelo currículo e pelos métodos de ensino.

De um modo geral, o conceito de cidadania diz respeito à qualidade do cidadão, isto é, o indivíduo que pertence a um Estado livre, apresenta direitos civis e políticos e está sujeito a

todas as obrigações inerentes a essa condição. Assim, a cidadania é o vínculo jurídico-político que traduz a relação entre um indivíduo e um Estado, e o constitui perante esse Estado num conjunto de direitos e obrigações (Figueiredo, 1999, citado por ARAÚJO, 2008).

De acordo com SACRISTÁN (2003, p. 189), a cidadania é uma ““invenção”, uma forma “inventada” de exercer a sociabilidade da pessoa no seio de uma sociedade juridicamente regulada, que combina e garante aos indivíduos determinadas prerrogativas, como a igualdade, liberdade, autonomia e direitos de participação”. É uma forma de ser pessoa em sociedade, o indivíduo é reconhecido como sendo possuidor de certos direitos e deveres. Trata-se de uma construção historicamente bastante complexa, cuja essência radica na nossa compreensão e respeito pessoais como seres livres, autónomos e iguais, ao mesmo tempo que vivemos com os outros, condição da qual decorre uma forma de nos visualizarmos a nós próprios em relação aos outros: na identidade. A importância da construção da “cidadania”, com base na preocupação aqui identificada, implica a necessidade de definir o indivíduo como sujeito e vê-lo em relação aos outros, porque são determinados sujeitos que actuam como cidadãos. A cidadania está ligada ao reconhecimento de uma determinada comunidade de vida social que é política e juridicamente regulada. Tem pois uma dupla face: a individual e a grupal ou comunitária. E tem ainda um duplo significado (Cortina, 1997): um que apela à sua condição jurídica, como reconhecimento formal dos direitos dos indivíduos, de carácter mais político, e outro, que visualiza o cidadão como participante da sociedade.

Após a Segunda Guerra Mundial no séc. XX (1939/45), a necessidade de descobrir valores orientadores de acção colectiva dos Estados e dos indivíduos, motivou a criação de uma nova declaração de princípios: a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Esta declaração que é também um exemplo da concepção actual da universalidade da cidadania, atribui ao ser humano um estatuto próprio que ultrapassa fronteiras na comunidade internacional, pois, constitui um estatuto comum de cidadania mundial independentemente da nacionalidade, idade, sexo, estado, convicção religiosa, política, étnica ou filosófica da pessoa (ARAÚJO, 2008).

Segundo ARAÚJO (2008), o elemento civil da cidadania é constituído pelos direitos necessários à liberdade individual, tais como, a liberdade da pessoa, a liberdade de expressão, pensamento e fé, o direito à propriedade e o direito à justiça.

A educação para a cidadania refere-se à educação escolar para jovens, visa assegurar que estes se tornem cidadãos activos e responsáveis, capazes de contribuir para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade em que vivem. Enquanto os seus objectivos e conteúdos podem ser extremamente diversificados, existem três temas que são

particularmente fundamentais, sendo elas: a educação para a cidadania visa comumente orientar os alunos para o desenvolvimento de (a) uma literacia política, (b) um pensamento crítico e de determinadas atitudes e valores e (c) uma participação activa (EURYDICE, 2005).

Segundo SACRISTÁN (2003) a educação para a cidadania diz respeito a toda visão da forma como a escolarização deve ser pensada, desenhada e desenvolvida, pois dessa forma será possível contribuir para a reconstrução e melhoria da sociedade.

De modo a entender as implicações mútuas entre educação e cidadania, os seguintes aspectos resumem as razões fundamentais para relacionar estas temáticas:

- A *primeira* razão relaciona-se com o paralelismo que existe entre a capacidade criadora da educação e a cidadania democrática, as quais podem apoiar-se reciprocamente como factores que condicionam a ocorrência do progresso. Para além da caracterização jurídica do cidadão, a educação pode colaborar na construção desse cidadão, ao estimular as condições pessoais necessárias para o exercício activo e responsável do seu papel como membro da *polis*: a racionalidade, autonomia do pensamento e das virtudes cívicas, o pensamento crítico, a sensibilidade perante o outro, a cooperação, a capacidade de diálogo para resolver conflitos, a compreensão das interdependências num mundo globalizado, a preocupação pelos direitos humanos... é uma forma de construir a democracia (SACRISTÁN, 2003).

- A *segunda* razão da ligação entre cidadania e educação reside no facto da primeira proporcionar um modelo de referências, normas e valores em função dos quais se deve pensar realizar a segunda, seleccionando adequadamente objectivos e conteúdos, assim como realizando práticas coerentes com os princípios resultantes do nosso entendimento do sentido de cidadania democrática (SACRISTÁN, 2003).

- Existe uma *terceira* razão da ordem epistemológica. O universo discursivo acerca da cidadania é substantivo na hora de determinar o conteúdo semântico que se atribui a conceitos-chave do discurso sobre a educação para criar um novo sentido comum. A cidadania é uma forma de ver e entender algo na educação. Proporciona uma plataforma discursiva importante para a ver, entender e melhorar o papel dos seus agentes (SACRISTÁN, 2003).

- Uma *quarta* razão reside nos desafios aos quais é submetida a cidadania em determinadas sociedades nas quais se globalizam as economias e os intercâmbios de todo o tipo. Os estados tradicionais – modelos jurídicos e territoriais nos quais se regula e se exerce a condição de cidadão – perdem o controlo sobre as opções que afectam a vida, com o que diminui também a já reduzida capacidade pessoal para intervir nas decisões que têm a ver

com o bem comum (Guéhenno, 1995 e 2000). Os novos desafios da globalização exigem novos modelos do pensamento, outros modelos para as relações sociais e para delinear reivindicações também elas novas, susceptíveis de gerar uma cultura de contraglobalização. A cidadania deve ser reconstruída dentro dos modelos políticos, económicos e culturais do mundo globalizado, perante a diminuição de competências do modelo político clássico no qual nasceu e se desenvolveu (SACRISTÁN, 2003).

- Por último, a *quinta* razão, a mais evidente e elementar de todas: a educação inclui o cidadão nas sociedades modernas; a sua falta é ficar excluído da participação social. Estar ou não educado, ser ou não instruído, converte-se hoje em dia na chave que permite o exercício efectivo e real de uma cidadania democrática em relação aos três grupos de direitos que se adjudicam ao sentido moderno da mesma (Marchall e Bottomore, 1998): o dos direitos civis (a liberdade individual: de consciência, de pensamento, de expressão) e o dos direitos políticos (de participação política), que formam aquilo que se convencionou denominar direitos de primeira geração; e ainda o dos direitos sociais (bem-estar social, saúde, educação, trabalho, casa etc.), também chamados de segunda geração (SACRISTÁN, 2003).

De acordo com BENTO (2001, p. 132) “a educação para a cidadania surge genericamente relacionada com o desenvolvimento da escola pública na segunda metade do séc. XIX e primeiras décadas do século XX e com a ideia de que a educação era um importante factor de progresso e melhoria social e de forma particular, com a preocupação com a função da escola na promoção de uma sociedade democrática (Roldão, 1999) e o sentido de que a vida pública requer uma permanente preocupação em reconstruir as escolas na base de valores democráticos (Giroux, 1993). Daí resultaria uma dupla concepção – a escola deve promover as condições democráticas da sociedade e por outro, a própria democracia deve ser praticada dentro da escola (Beane, 1990)”.

A escola é um *locus* fundamental de educação para a cidadania, de uma importância cívica fundamental, pois, ela fornece um horizonte mais amplo no qual a criança ou o jovem inscrevem as suas vidas. Daí a importância de uma educação da responsabilidade e do compromisso e, decorrentemente, a necessidade do compromisso social (VASCONCELOS, 2007).

2- Políticas para a Igualdade de Género

Foi durante o séc. XVII e XVIII, que a ideia de igualdade natural como princípio inspirador da organização política e social adquiriu um potencial de reforma social até então desconhecido no pensamento europeu. Na origem da sociedade política não havia, na generalidade das suas narrativas nem razão, nem contrato social imposto por “leis naturais” da razão, mas antes uma evolução gradual para o “estado social”, evolução ao longo da qual a igualdade natural devia permanecer intacta e as paixões e instintos humanos tão valorizados quanto a sua razão. Esse ponto de partida, (...) deu origem a propostas radicais de reforma social orientadas por perspectivas verdadeiramente universalistas do princípio da igualdade (SILVA, 2009).

No passado, a igualdade abrangia somente os cidadãos masculinos livres: os escravos, as mulheres e os estrangeiros (que não tinham direito de voto) estavam sob a lei da força. A influência conjunta da civilização romana e do Cristianismo suprimiu estas distinções e, em teoria — ainda que só parcialmente na prática —, declarou que os direitos do ser humano, enquanto tal, se sobrepujam aos do [género], classe ou posição social (SILVA, 2009).

A igualdade de género é uma dimensão transversal a todos os domínios de política, e é condição indispensável e necessária a uma boa governação (PERISTA e SILVA, 2009). Desta forma, a promoção da igualdade de género implica, mudança a nível das organizações, para a qual são aspectos fundamentais o diagnóstico, o plano de acção e o referencial de formação aqui apresentados, que deverão contar com o contributo e o envolvimento das diversas partes interessadas (PERNAS; FERNANDES e GUERREIRO, 2008).

A igualdade de género significa que independentemente de se ter nascido [do género] masculino ou feminino, os direitos, responsabilidades e oportunidades das mulheres e dos homens são semelhantes. De acordo com GASPAR e QUERÓS (2009) a igualdade de género definida em termos de uma igual distribuição de poder económico, deve ser entendida como a distribuição de influência, poder e oportunidades baseadas na paridade; subjacente ao conceito de igualdade de género, encontra-se o termo equidade de género, que significa justiça no tratamento de mulheres e homens, de acordo com as respectivas necessidades. Pode incluir tratamento igual ou diferenciado, porém considerado este último equivalente em termos de direitos, benefícios, obrigações e oportunidades.

A igualdade deve ser visualizada como um valor e não somente como um princípio, pois enquanto valor ela é assumida e praticada, porém como princípio ela pode ou não ser assumida. Segundo SILVESTRE (2008), incorporar o valor da igualdade implica mudar de um estado de perpetuação, mais ou menos subtil, da discriminação para um estado de total

reconhecimento, respeito e de não-alienação. Este valor corresponde à garantia de que todas as pessoas possuem total liberdade de desenvolver e praticar as suas capacidades pessoais e profissionais e de fazer as suas opções de forma livre e autónoma. Corresponde ainda, à certeza inalienável de que todas as pessoas possuem dignidades que são valorizadas na sua intrínseca diferença e diversidade pessoal e social.

A discriminação de género começa cedo, é sempre trágica e às vezes, fatal. Por exemplo: a selecção do sexo do bebé durante a gestação e o infanticídio, prevalentes em partes da Ásia Meridional e Oriental, mostram o baixo valor atribuído à vida de meninas e mulheres e resultaram em desequilíbrios populacionais, com o número de homens ultrapassando o de mulheres (UNICEF, 2007).

Em todas as sociedades as crianças aprendem características culturais referentes ao papel e características femininas e masculinas e, em idade pré-escolar, estas já rotulam e categorizam diferentes actividades em termos de género, nesta perspectiva, pode se verificar que a identidade do género desempenha um papel central na forma como cada pessoa experimenta e concebe o mundo. De acordo com SILVA *et al* (2000), quando se fala em identidade de género quer referir-se a consciência e aceitação de se ser do género feminino ou masculino. A expressão desta identidade de género envolve um conjunto de expectativas culturais e sociais, sobre quais são os comportamentos e atitudes apropriados ao seu género. Portanto, a construção da identidade de género deve ser pensada como resultante da interacção de factores biológicos, sociais, culturais e cognitivos.

Na sociedade, a cultura é a componente que define os comportamentos e atitudes apropriados a cada (género). Formam-se estereótipos sobre o papel associado a cada género, ou seja um conjunto de crenças ou conjuntos rígidos sobre as formas apropriadas de comportamento dos homens e das mulheres (SILVA *et al*, 2000). Importa salientar que o género diz respeito à diferença estrutural que afecta o conjunto da população. As decisões políticas aparentemente neutras em termos de género podem ter um impacto diferente em mulheres e homens, mesmo quando esse impacto não tenha sido desejado ou previsto (COMISSÃO EUROPEIA, 2008).

Segundo HENRIQUES (2008) as mulheres vivem mais tempo que os homens e constituem mais de metade da população mundial. São, simultaneamente o maior potencial de recursos humanos, cabendo-lhes na maioria das civilizações e culturas o papel primordial na economia doméstica. Sobre as mulheres recaem as obrigações, mas também as realizações, em termos de bem-estar das famílias e do desenvolvimento humano das comunidades de proximidade.

Os países e regiões onde se verifica uma forte preferência cultural por filhos homens tendem a apresentar os maiores níveis de desigualdades entre os géneros. Para COLCLOUGH *et al.* (2003), nas sociedades onde as mulheres são confinadas ao ambiente doméstico, as desigualdades de género estão mais vincadas. Essas sociedades caracterizam-se por uma nítida preferência por filhos de [género] masculino e discriminação contra as filhas (mulheres), que começam nos primeiros anos de vida. Exemplo: Norte de África, Médio Oriente, Paquistão, grande parte de Bangladesh e da Índia, e os países da Ásia Oriental. Nestes locais, a desigualdade pode assumir formas extremas, chega a representar uma ameaça contra a vida. Portanto, qualquer que seja a origem dos obstáculos à igualdade de género, devem ser erradicados de modo que o desenvolvimento possa avançar.

Embora mulheres e meninas sejam as mais directamente prejudicadas pela desigualdade de género, seus efeitos perniciosos reflectem-se através das sociedades. O fracasso no esforço pela garantia da igualdade traz para todos consequências prejudiciais para a estrutura moral, legal e económica de todas as nações, pois em muitas regiões do mundo, as mulheres e meninas são discriminadas no acesso a recursos, oportunidades e poder político (UNICEF, 2007).

Apesar das leis que proclamam o alcance da igualdade de género, o que os Estados têm demonstrado é que precisam das mulheres e dos homens de modo desigual. Dos homens têm precisado principalmente para a actividade económica e de política; das mulheres principalmente para a infra-estrutura não remunerada que sustenta a vida (Rêgo *in* HENRIQUES, 2008). As mulheres sofrem múltiplas desvantagens em termos de acesso ao mercado de trabalho e frequentemente não têm o mesmo nível de liberdade que os homens para seleccionar o sector de actividade. A maior parte das mulheres estão representadas no sector da agricultura nos países em vias de desenvolvimento e cada vez mais no sector dos serviços, nos países economicamente desenvolvidos. Em 2008, 46.3% das mulheres exerciam funções nos sectores de serviços, em comparação com os 41.2% do género masculino. Geralmente a área de trabalho das mulheres é vulnerável, com baixo salário e baixa produtividade (s.a, 2009).

“Num ambiente económico e mundial cada vez mais competitivo devido à liberalização, uma estratégia de desenvolvimento que enfatiza a produção intensiva em mão-de-obra voltada para as exportações, seja na indústria, agricultura e mais recentemente nos serviços, tem levado à intensificação dos esforços das empresas para contratar mão-de-obra mais barata. Os salários relativamente mais baixos das mulheres têm-nas tornado uma fonte atraente de mão-de-obra. Como consequência, houve aumento no nível e na parcela do emprego feminino

remunerado em muitos países em desenvolvimento, muitas vezes directa ou indirectamente associado a empreendimentos multinacionais” (FREITAS, 2005, p. 8).

PERNAS; FERNANDES e GUERREIRO (2008), vão na mesma linha de pensamento que Freitas (2005), quando constatarem que o facto de actualmente se verificar uma forte presença feminina no mercado de trabalho, este registo pode ser considerado como um indicador de igualdade entre mulheres e homens, porém outros dados revelam que essa igualdade não é efectiva e as análises mais profundas permitem evidenciar fortes elementos de segregação sectorial, transversal e vertical, numa perspectiva de género. **Segregação sectorial**, porque as mulheres continuam a exercer profissões em áreas que em grande parte representam uma extensão das suas tradicionais competências, desenvolvidas em contexto doméstico. São áreas como as da educação, da saúde, dos serviços interpessoais, que agregam volume significativo da força de trabalho feminina, em profissões onde os homens se afastam tendencialmente, na razão inversa da presença de mulheres. **Segregação transversal**, porque independentemente do sector de actividade as mulheres estão sub-representadas nos contratos a prazo e, em geral, nas modalidades mais precárias de emprego; as taxas de desemprego feminino são superiores às do desemprego masculino e as remunerações auferidas pelas mulheres são inferiores às dos seus congéneres masculinos. As mulheres também tendem a trabalhar em empresas de menor dimensão e de rentabilidade mais reduzida. **Segregação vertical**, por fim, porque apesar das mulheres serem mais qualificadas em algumas áreas em relação aos homens, ocupam menos cargos de chefia e têm presença minoritária nas hierarquias de topo das diversas organizações onde exercem actividade, nomeadamente no seio dos diversos organismos da Administração Pública. Aí, embora representem cerca de dois terços da força de trabalho, continuam a estar sub-representadas nos escalões hierárquicos mais elevados.

Para a promoção da igualdade de género são adoptadas várias medidas proactivas de combate à discriminação em função de género, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual. Por exemplo: igualdade de género em relação ao mercado de trabalho, estipulando-se a igualdade de oportunidades e de tratamento no trabalho, bem como a obrigação para assegurar a aplicação do princípio de *a trabalho igual (ou de igual valor) salário igual* para os seus trabalhadores e trabalhadoras. “A Comunidade Europeia adoptou uma dupla abordagem, combinando acções positivas de apoio ao sexo sub-representado com integração da perspectiva do género em todos os domínios políticos. A integração da perspectiva do género na Estratégia Europeia de Emprego (EEE) constitui um instrumento que permite revelar e compreender melhor as causas das desigualdades entre mulheres e homens nas nossas sociedades e conceber estratégias adequadas para lidar com

elas. Trata-se da integração da perspectiva do género em todos os passos dos processos políticos – concepção, execução, acompanhamento e avaliação – tendo em vista promover a igualdade entre mulheres e homens” (EQUAL, 2006, p. 6).

Embora ainda permaneça a desigualdade de género, o *status* da mulher melhorou nas três últimas décadas (UNICEF, 2007). Segundo PERNAS; FERNANDES e GUERREIRO (2008, p. 13), “desde meados do século XX as mulheres passaram a assumir **novos papéis sociais**, para além dos que lhes estavam consignados na esfera doméstica. Ingressaram no mercado de trabalho e a sua participação profissional continua a ser crescente”.

Contudo, apesar de se verificar uma evolução ao nível da igualdade de género, o mercado de trabalho continua a favorecer os homens em relação às mulheres e reflecte e reforça os papéis distintos dos homens e mulheres no lar. É notório que as diferenças em função do género em matéria de educação, formação e mercado de trabalho, bem como a falta de serviços de apoio que permitam conciliar o trabalho e a vida privada estão a impedir ou, pelo menos, a retardar o avanço em relação aos objectivos da EEE (EQUAL, 2006).

A igualdade de género não é apenas um objectivo em si mesmo, é também uma condição necessária para o cumprimento das metas globais da UE em matéria de crescimento, emprego e coesão social. A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho proporciona garantias de independência económica, presta um contributo substancial para o desenvolvimento económico e para a sustentabilidade dos sistemas de protecção social (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 2009). Porém, tem-se constatado que as mulheres que estão sub-representadas em empregos precários com contratos a termo, são mais susceptíveis de serem afectadas pelo abrandamento económico no mercado de trabalho.

A igualdade expressa-se na valorização das capacidades e especificidades de cada uma/um e não na camuflagem ou anulação das diferenças. Segundo SILVESTRE (2008, p. 102), “a igualdade pressupõe que todas as pessoas, independentemente do seu sexo, idade, origem, religião, etnia/cultura, orientação sexual e/ou opções de vida, têm acesso ao direitos que necessitam e/ou desejam para viver com dignidade”. Para HENRIQUES (2008), a igualdade de género não é apenas uma atitude moralmente correcta, é crucial para o progresso humano e para o desenvolvimento sustentável. Além disso, a igualdade de género alicia ao surgimento de um duplo fenómeno: beneficia a mulher e a criança.

2.1- Igualdade de género na educação

De acordo com COLCLOUGH *et al.* (2003), os casamentos precoces, quer eles tenham como objectivo aliviar a carga económica da família ou assegurar o futuro da filha, são um dos obstáculos ao progresso educacional das raparigas. No Nepal, 40% das meninas já estão casadas ao completarem 15 anos. Na Etiópia e em alguns países da África Ocidental, casamentos aos 7 ou 8 anos não são raros. A alteração da idade legal para o casamento não tem grandes possibilidades de mudar as práticas locais, caso as condições de vida subjacentes também não sejam mudadas. Esta é a razão da necessidade de adoptar medidas que promovam a importância da educação das raparigas, através de campanhas, de pessoas que sirvam de exemplo, da melhoria das condições de segurança, o trabalho directo com adolescentes de género feminino, de modo a fortalecer a sua voz, permitindo assim que concluam a formação educacional.

Actualmente, mulheres e raparigas têm acesso a oportunidades que anteriormente lhes eram restritas. As taxas de matrícula das raparigas na escola primária aumentou e a diferença de género na educação tem estado a diminuir; o número de mulheres que entram no mercado de trabalho é grande; e a representação das mulheres na política está a crescer em muitas partes do mundo. Em 2006 por exemplo, pela primeira vez Chile e Jamaica elegeram mulheres como chefes de governo. Na Coreia do Sul, em Abril de 2006, pela primeira vez uma mulher assumiu o cargo de primeira-ministra, elevando para 14 o número total de mulheres chefes de Estado e de governo em todo o mundo. Embora esse número seja muito pequeno, uma vez que são 192 os Estados Membros na ONU, há menos de 50 anos não havia nenhuma mulher na posição de líder de governo. Apesar dos ganhos em relação à igualdade de género, é muito grande o número de mulheres e raparigas que foram deixadas para trás e que continuam sem poder e direito de se manifestar. A pobreza, a desigualdade e a violência afectam as mulheres de maneira desproporcional, pois, elas constituem a maior parte dos pobres do mundo, representam cerca de dois terços das pessoas analfabetas, e, juntamente com as crianças, somam 80% das mortes de civis durante os conflitos armados (UNICEF, 2007).

A igualdade de género na educação é um conceito complexo e difícil de medir. Na medida em que a plena igualdade entre géneros implica que se ofereça a raparigas e rapazes as mesmas oportunidades de frequentar a escola, e que beneficiem de métodos de ensino e de currículos isentos de estereótipos e de orientação escolar e serviços de aconselhamento que não sejam afectados por preconceitos de género. Ela implica também igualdade de resultados, em termos da duração da escolaridade, do desempenho na aprendizagem e das qualificações

académicas e, em termos mais amplos, de oportunidades iguais de emprego e de remuneração para níveis similares de qualificação e experiência (COLCLOUGH *et al.*, 2003).

As mulheres representam quase dois terços dos analfabetos do mundo, percentagem que ao que se espera, permanecerá relativamente estável, pois, as mulheres vivem mais que os homens e, portanto, constituem a maioria da população nos grupos mais idosos, onde os níveis de analfabetismo são mais altos.

A decisão de colocar uma criança na escola é tomada pela família. Pesquisas recentes demonstram que os recursos, o trabalho e as oportunidades não são distribuídos de igual forma entre os membros da família. Constata-se que as mulheres e raparigas são as que enfrentam maiores dificuldades que os homens e rapazes, em parte porque elas exercem menos influência nas decisões familiares. No entanto, quando os diferentes membros da família possuem um rendimento suplementar, as mulheres gastam mais com a educação, saúde e serviços domésticos que os homens. Também se verifica que as práticas tradicionais e os rituais de passagem que cercam a adolescência muitas vezes prejudicam a educação, principalmente no caso das raparigas. As pressões sociais colocadas sobre meninas e meninos são particularmente fortes durante a puberdade. Em muitos países, devido a carência de informações sobre sexualidade, uma gravidez na adolescência resulta quase sempre na interrupção da escolaridade da jovem mãe (COLCLOUGH *et al.*, 2003).

Para COLCLOUGH *et al.* (2003), as instituições educativas, supostamente, são lugares de aprendizagem, crescimento e fortalecimento pessoal. No entanto, longe de serem locais seguros de aprendizagem, as escolas, muitas vezes, são palco de intolerância, discriminação e violência. As raparigas são vítimas em números desproporcionais. Preencher a lacuna entre os géneros significa também fazer frente à realidade da violência e do assédio sexual que são responsáveis pelo baixo desempenho e pelos altos índices de abandono escolar. Mudanças na legislação e reformas são necessárias para que a igualdade entre géneros seja estabelecida. O direito à propriedade e à herança e o estabelecimento da igualdade entre os sexos no direito de família são a base para que a justiça social e económica seja assegurada às mulheres.

2.2- A Igualdade de Género em Moçambique

A desigualdade de género tem vindo a ser reconhecida como um factor de perpetuação do subdesenvolvimento e da pobreza. Constata-se que as mulheres encontram-se cada vez mais e de um modo desproporcional, vulneráveis à pobreza. Porém reconhece-se que a

igualdade de género e o empoderamento das mulheres são condições fundamentais para o desenvolvimento (UNFPA, 2006).

Cerca de 52% da população moçambicana é constituída por mulheres dos quais 72,2% vivem na zona rural e 23,2% são chefes de agregado familiar. Deste grupo populacional, várias são as questões sobre o bem-estar económico e social que precisam ser consideradas com o objectivo de melhoria das suas condições de vida.

O estatuto social das mulheres é em parte definido pela integração de Moçambique na economia regional. Na ausência dos homens devido a migração da mão-de-obra masculina para centros urbanos e países vizinhos, as mulheres têm a responsabilidade pela produção para o agregado, o que lhes deixa pouca margem para ocuparem espaços significativos da política ou vida pública (ASDI, 2007).

Apesar das grandes melhorias no sector educacional, a proporção de raparigas no ensino primário bem como nos subsequentes níveis precisa de ser melhorada, principalmente nas províncias onde elas ainda estão abaixo da média nacional. Na população adulta, a taxa de analfabetismo é maior entre as mulheres, 71,3% comparativamente aos homens (PARPA II, 2006-2009).

A institucionalização da desigualdade de género como uma questão pública e universal tem sido um processo longo e variado, condicionado pela situação económica, política, legal e institucional de cada país. Este processo passa não só pelo reconhecimento da existência de desigualdades de género, como também pela inclusão dos diferentes problemas resultantes destas mesmas desigualdades nas agendas públicas e sua institucionalização por parte do Estado. O combate à desigualdade de género num contexto de desigualdades sociais pressupõe práticas cidadãs activas que estão para além da garantia de direitos das mulheres, já que devem também assegurar a manutenção dos direitos conquistados e a sua ampliação a outros horizontes. As lutas pelos direitos humanos das mulheres são marcadas por um longo processo histórico onde gradualmente se ganhou espaço nas agendas políticas (OSÓRIO e SILVA, 2008).

Segundo Farah (2004) citado por OSÓRIO e SILVA (2008) o conceito de género baseia-se, na aceção de que as sociedades são fundadas num modelo patriarcal que constrói e conforma homens e mulheres a desempenharem papéis específicos, baseados numa relação de poder. Analisar políticas públicas e programas de governo com base numa perspectiva de género, é ir para além da identificação de políticas que atendam as mulheres. É, acima de tudo, verificar em que medida as iniciativas do estado têm contribuído para modificar o padrão social dominante.

“As posições relativas dos homens e das mulheres na sociedade são muito influenciadas pelos mecanismos culturais que definem a distribuição dos bens económicos e recursos produtivos. No norte e no centro [de Moçambique] predominam sistemas de descendência matrilinear, enquanto no sul a descendência patrilinear constitui a norma. A descendência patrilinear traça laços de parentesco e de filiação através da linha paterna; os sistemas matrilineares definem a descendência através da linhagem materna. Nos sistemas patrilineares os homens assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar e é o homem que autoriza à mulher o uso destes recursos” (ASDI, 2007, p.13).

A Constituição da República de 2004 nos seus artigos 35 e 36 estabelece como princípio que homens e mulheres têm os mesmos direitos perante a Lei (a igualdade de direitos do género). No Programa Quinquenal do Governo 2005-2009 refere-se igualmente ao grande objectivo de alcançar a igualdade do género e menciona explicitamente que o fortalecimento do poder das mulheres é um factor decisivo para a erradicação da pobreza. Porém, dadas as desigualdades existentes na educação (EP2-Ensino Primário do 2º Grau, ESG2-Ensino Secundário do 2º Grau e superior), três quartos do investimento do Estado na educação beneficia os rapazes, enquanto só a quarta parte beneficia as raparigas (PARPA II, 2006-2009).

Segundo o PARPA II (2006-2009), quanto às acções prioritárias vocacionadas para a promoção de oportunidades iguais entre mulheres e homens e ao fortalecimento do poder da mulher constata-se:

- a) A aprovação e implementação da política de género e sua estratégia incluindo a institucionalização das unidades de género em todos sectores ao nível central e provincial, e capacitação do pessoal para a efectiva integração, implementação e monitoria das questões de género nos planos e orçamentos sectoriais.
- b) Integração da perspectiva do género nas políticas, programas e projectos de desenvolvimento nacional.
- c) A revisão de toda a legislação discriminatória contra a mulher e adopção de nova legislação particularmente contra a violência doméstica e criação de condições para a sua implementação efectiva incluindo capacitação dos intervenientes e disseminação.
- d) A expansão dos serviços de extensão agrícola, visando maior apoio na transferência de tecnologias, principalmente nas zonas rurais.
- e) A integração da mulher nas estratégias do desenvolvimento das pequenas e médias empresas incluindo o acesso ao crédito adequado e a expansão do sector industrial de mão-de-obra intensiva.

- f) A identificação das lacunas existentes na recolha e análise de dados desagregados por sexo para desenhar e iniciar a implementação de uma estratégia com vista a preenchê-las de uma forma sistemática.
- g) A promoção do equilíbrio de género nos cargos de chefia e o aumento da capacidade da mulher para assumir tais posições.
- h) A implementação das acções tendentes a reduzir a prevalência do HIV/SIDA entre mulheres e raparigas incluindo a promoção do papel do homem nesse contexto.
- i) A intensificação dos esforços tendentes a reduzir as disparidades de género no ensino técnico básico, médio e superior, e;
- j) A melhoria da cobertura do abastecimento de água e saneamento nas zonas rurais para que a rapariga e a mulher percorram menores distâncias para a recolha de água, dando assim maior oportunidade para que a rapariga frequente a escola e que a mulher se envolva em actividades produtivas.

“Todos os sectores são responsáveis pela integração da componente género na planificação e no orçamento. No entanto, com o objectivo de fortalecer esta integração, o sector da Mulher e da Acção Social têm uma função coordenadora para apoio não somente na integração do género no marco das políticas globais como o PARPA e o PES/OE como também nas actividades previstas pelos sectores. Para o efeito, é fundamental capacitar as instituições deste sector com os meios técnicos e financeiros necessários” (PARPA II, 2006-2009, pp. 62-63).

2.3- A Igualdade de Género em Portugal

Desde finais dos anos 90 que têm sido desenvolvidas várias políticas no intuito de reforçar a promoção da igualdade de género. A nível nacional, entre outros instrumentos, destaca-se os vários planos nacionais de emprego e os três planos nacionais de igualdade entretanto implementados (PERNAS; FERNANDES e GUERREIRO, 2008).

Segundo os mesmos autores citados anteriormente, a igualdade de género como questão social central tem ganho especial relevância nos últimos anos, essencialmente devido ao facto de se reconhecer os benefícios directos e indirectos de ter uma força de trabalho diversificada nos vários níveis da organização (estratégico, tático e operacional) e também devido às medidas decorrentes da aplicação de legislação a nível europeu e a nível nacional no que concerne à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e à não discriminação. Em Portugal, a taxa de actividade feminina cresceu exponencialmente desde os anos de 1960 e é

sobretudo a participação feminina no mercado de trabalho que tem contribuído para o aumento da taxa de actividade global no nosso país. A actividade profissional das mulheres portuguesas passou desde finais do segundo milénio, de cerca de 13% em 1960 para valores já muito acima da média comunitária.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa (Art. 13º), a promoção da igualdade entre mulheres e homens é, especificamente, uma responsabilidade cometida à administração pública, central e local. A Administração Pública Local desempenha um papel essencial na eliminação de tais desigualdades e discriminações pela sua relação de proximidade com as populações que serve. Para tal, é necessária uma outra forma de fazer política – uma forma que integre a perspectiva da igualdade de género de modo transversal a todas as áreas e domínios da intervenção política e pública ao nível local – o designado *mainstreaming* da igualdade de género. O *mainstreaming* da igualdade de género assume o princípio de que as iniciativas especificamente dirigidas às mulheres, embora necessárias, são insuficientes só por si para conduzir a mudanças estruturais. Entendendo-se que, embora muitas dessas iniciativas sejam inovadoras e benéficas para as mulheres que delas beneficiam, não afectam de modo suficiente a estratégia e a intervenção políticas, os recursos ou a sua distribuição e, por conseguinte, contribuem apenas parcialmente para reduzir ou eliminar as desigualdades entre mulheres e homens (PERISTA e SILVA, 2009).

A COMISSÃO EUROPEIA (2008, pp. 13-14), constata que, “*Gender mainstreaming* é a integração da dimensão da igualdade de género em todas as fases do processo de decisão política – concepção, aplicação, acompanhamento e avaliação – com vista à promoção da igualdade entre mulheres e homens. A integração da dimensão da igualdade de género não constitui por si só um objectivo, mas antes um meio para alcançar a igualdade. Da mesma forma, não respeita apenas às mulheres, mas antes às relações entre mulheres e homens, em benefício de ambos”. A integração da igualdade de género pode ser efectuada em quatro etapas:

A **primeira** consiste na organização, na sensibilização e na apropriação, assim como na criação de uma base estrutural e cultural para a igualdade de oportunidades. Tal inclui a formulação de objectivos e metas, a concepção de um plano, a elaboração de um orçamento e a definição de responsabilidades, bem como a responsabilização dos diferentes agentes envolvidos. É ainda necessário disponibilizar recursos suficientes para a implementação.

A **segunda** etapa consiste na aquisição de conhecimentos acerca das diferenças de género. *Para avaliar se o género é relevante para a política em questão*, é necessário saber se

terá repercussões no quotidiano de parte(s) da população e se existem diferenças ao nível da situação das mulheres e dos homens no domínio específico em causa.

A **terceira** etapa diz respeito a avaliação do impacto numa perspectiva de género. Esta consiste em comparar e avaliar a situação e as tendências actuais com os desenvolvimentos esperados em resultado da introdução da política proposta. Por conseguinte, o objectivo da avaliação do impacto numa perspectiva de género é o de identificar, antes da aplicação de uma política, o seu impacto potencial na respectiva situação das mulheres e dos homens, de modo a garantir que a política em causa contribuirá para a promoção da igualdade e para a eliminação das desigualdades.

A **quarta** etapa da integração da dimensão da igualdade de género, corresponde a redefinição da política, uma necessidade que poderá ser particularmente premente quando as diferenças de género inicialmente existentes são elevadas. Em alguns casos, esta redefinição pode não implicar mudanças de fundo, enquanto noutros essa tarefa pode ser mais complexa.

Actualmente encontra-se disponível um dispositivo financeiro de suporte à implementação de planos de acção para a igualdade – através do Quadro de Referência Estratégica Nacional, Programa Operacional Potencial Humano, Eixo Prioritário 7 – Igualdade de Género, Medida 7.2. Planos para a igualdade – que irá contribuir para um aligeiramento da despesa pública municipal no que respeita à elaboração e implementação de planos municipais para a igualdade de género (PERISTA e SILVA, 2009).

III - CARACTERIZAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES

Como já foi feita a referência na introdução, nesta fase do relatório serão caracterizadas duas instituições, nomeadamente a CIG e a UMAR.

1- Caracterização da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG)

A CIG é um organismo da Administração Pública, com sede em Lisboa e uma delegação no Porto, está integrada na Presidência do Conselho de Ministros e é tutelada pelo Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros. Este organismo sucede à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e, por sua vez, à Comissão da Condição Feminina (CCF).

A CIG foi criada no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objectivos do Programa do Governo no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos (Decreto-lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro – que aprovou a Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros). O Decreto-lei n.º 202/2006, de 27 de Outubro, encontra-se em anexo (Anexo nº 1).

A lei orgânica da CIG foi estabelecida pelo Decreto-lei n.º 164/2007, de 3 de Maio (Anexo nº 2).

Enquanto serviço central da administração directa do Estado, a CIG é um organismo coadjuvante na execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Neste sentido, os destinatários da acção da CIG são todos os intervenientes a nível da execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, nomeadamente os organismos da Administração Central, Regional e Local, organismos e instituições da sociedade civil e a população em geral.

1.1- Orientações gerais e específicas

1.1.1-Missão

A CIG tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

1.1.2-Atribuições

As atribuições da CIG são as seguintes:

- a) Apoiar a elaboração e o desenvolvimento da política global e sectorial com incidência na promoção da cidadania e da igualdade de género e participar na sua execução, ao nível das políticas específicas, e na correspondente articulação ao nível das políticas integradas;
- b) Contribuir para a alteração do quadro normativo, ou para a sua efectivação, na perspectiva da cidadania e da igualdade de género, elaborando propostas normativas, emitindo pareceres sobre iniciativas legislativas ou sugerindo mecanismos que promovam o cumprimento efectivo e integral das normas vigentes, designadamente nos domínios transversalizados da educação para a cidadania, da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres, da protecção da maternidade e da paternidade, da conciliação da vida profissional, pessoal e familiar de mulheres e homens, do combate às formas de violência de género e do apoio às vítimas;
- c) Elaborar estudos e documentos de planeamento de suporte à decisão política na área da cidadania e da igualdade de género;
- d) Promover a educação para a cidadania e a realização de acções tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas;
- e) Promover acções que facilitem uma participação paritária na vida económica, social, política e familiar;
- f) Propor medidas e desenvolver acções de intervenção contra todas as formas de violência de género e de apoio às suas vítimas;
- g) Apoiar organizações não governamentais relativamente a medidas, projectos ou acções que promovam objectivos coincidentes com os seus;
- h) Atribuir prémios de qualidade a entidades que adoptem códigos ou sigam exemplos de boas práticas em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção da violência de género ou de apoio às vítimas;
- i) Assegurar a supervisão técnica das estruturas de acolhimento e de atendimento para vítimas de violência e a coordenação estratégica com os demais sectores da Administração Pública envolvidos no apoio;
- j) Manter a opinião pública informada e sensibilizada com recurso aos meios de comunicação social, à edição de publicações e à manutenção de um centro de documentação e de uma biblioteca especializados;

- k) Elaborar recomendações gerais relativas a boas práticas de promoção de igualdade de género, designadamente ao nível da publicidade, do funcionamento de estruturas educativas, de formação e da organização do trabalho no sector público e privado, bem como atestar a conformidade com essas boas práticas;
- l) Conferir competências técnicas e certificar qualidades de pessoas e entidades institucionalmente envolvidas na promoção e defesa da cidadania e da igualdade de género;
- m) Desenvolver serviços de consulta jurídica e de apoio psicossocial, especialmente nas situações de discriminação e de violência de género;
- n) Receber queixas relativas a situações de discriminação ou de violência com base no género e apresentá-las, sendo caso disso, através da emissão de pareceres e recomendações, junto das autoridades competentes ou das entidades envolvidas;
- o) Assegurar modalidades adequadas de participação institucional das organizações não governamentais que concorram para a realização das políticas de cidadania e de igualdade de género;
- p) Organizar, nos termos da lei, o registo nacional de organizações não governamentais cujo objecto estatutário se destine essencialmente à promoção dos valores da cidadania, da defesa dos direitos humanos, dos direitos das mulheres e da igualdade de género;
- q) Cooperar com organizações de âmbito internacional, comunitário e demais organismos congéneres estrangeiros, tendo em vista participar nas grandes orientações relativas à cidadania e à igualdade de género e promover a sua implementação a nível nacional;
- r) Cooperar com entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em projectos e acções coincidentes com a missão da CIG, nomeadamente pelo estabelecimento de parcerias;
- s) Prestar assistência técnica a iniciativas na área da cidadania e igualdade de género promovidas por outras entidades;
- t) Emitir parecer favorável à celebração de acordos de cooperação que envolvam entidades públicas estatais com incidência no apoio a vítimas de violência de género.

1.1.3-Outras atribuições específicas

Tal como estabelece a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2007 de 22 de Junho, cumpre à CIG a dinamização, o acompanhamento e a execução das medidas constantes no III Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género (III PNI), a CIG deve garantir a estreita colaboração com os demais serviços e organismos directamente envolvidos na sua

execução. O mesmo se passa para o III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (III PNCVD), estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007 de 22 de Junho.

A CIG foi ainda designada como entidade responsável pela assistência à coordenação do I Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (I PNCTSH), estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2007 de 22 de Junho, com atribuições ao nível da dinamização e acompanhamento da execução das medidas nele constantes.

Também foi delegada à CIG competências para a coordenação das acções afins à implementação do Eixo 7 (“Igualdade de Género”) do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Esta delegação de competências decorre de um contrato entre o POPH e a CIG, sendo criado e adstrito a esta Comissão, o Secretariado Técnico para a Igualdade, o qual garante a execução do objecto do dito contrato.

1.2 - Ambiente interno e externo da organização

1.2.1 – Órgãos e cargos de direcção

Os órgãos da CIG são a Presidente e o Conselho Consultivo.

A CIG é dirigida por uma Presidente, coadjuvada por uma Vice-presidente.

O Conselho Consultivo é composto por uma Secção Interministerial, por uma Secção das Organizações Não Governamentais (ONG) e por um Grupo Técnico-científico.

Os lugares de direcção superior de 1.º e 2.º graus e de direcção intermédia de 1.º grau da CIG são os que constam da seguinte tabela.

Designação dos cargos dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	N.º de lugares
Presidente	Direcção superior	1º	1
Vice-presidente		2º	1
Coordenador da Delegação do Norte	Direcção intermédia	1º	1
Director de Serviços		1º	1

Tab. nº 1: Órgãos e cargos de direcção da CIG

1.2.2 - Organização interna

O Organograma da instituição encontra-se em anexo (Anexo nº 3).

Tal como define o artigo 10.º da sua Lei orgânica, a organização interna dos serviços [da CIG] obedece ao seguinte modelo estrutural misto:

- Nas áreas de suporte relativas à gestão de recursos, serviços jurídicos e estudos, planeamento, documentação e formação, o modelo de estrutura hierarquizada.
- Nas áreas de missão relativas à gestão e apoio de projectos no âmbito da cidadania e igualdade de género, violência de género e rede social e autarquias, o modelo de estrutura matricial.

Estes dois modelos de estrutura são apresentados, segundo unidades orgânicas (nucleares e flexíveis) e equipas multidisciplinares.

1.2.2.1- Unidades orgânicas nucleares

Segundo o Decreto-lei n.º 164/2007, de 3 de Maio as unidades orgânicas da CIG são compostas por:

- O Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação.
- A Delegação do Norte.

Os responsáveis por estas duas unidades orgânicas são os dois dirigentes intermédios de 1.º grau, atrás referidos, Director de serviços e Coordenador da Delegação do Norte, respectivamente.

1.2.2.2- Unidades orgânicas flexíveis e equipas multidisciplinares

As unidades orgânicas flexíveis e equipas multidisciplinares, são constituídos por: três unidades orgânicas flexíveis e três chefes de equipas multidisciplinares que estão integrados em núcleos.

- Núcleo para a promoção da Cidadania e Igualdade de Género (N-CIG).
- Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género (N-VDVG);
- Núcleo para a Cooperação Regional e Autárquica (N- CRA).

1.2.3 – Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é um órgão de consulta em matéria de concepção, implementação e avaliação das políticas de educação para a cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género que assegura a representação de departamentos governamentais e de organizações representativas da sociedade civil.

O Conselho Consultivo é composto por:

- A presidente da CIG.
- A vice-presidente da CIG.
- A secção interministerial.
- A secção das organizações não governamentais.
- O grupo técnico-científico.

34

Este Conselho é presidido pelo membro do Governo com tutela sobre a CIG, neste caso, por Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, quando presente, e na sua ausência, pela Presidente da CIG.

A caracterização dos recursos humanos e financeiros da CIG encontram-se em anexo (Anexo nº4).

2- Caracterização da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR)

2.1- Contextualização histórica

A UMAR é uma associação de mulheres constituída em 12 de Setembro de 1976. Esta associação nasceu através da participação activa das mulheres com o 25 de Abril de 1974. Devido ao surgimento do novo regime político, as mulheres sentiram a necessidade de criarem uma associação que lutasse pelos seus direitos.

Desde 1977 está representada como Organização Não Governamental no Conselho Consultivo da CIDM (Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres).

A sua sede está localizada no Concelho de Lisboa, na Freguesia de São José, e apresenta delegações na Cidade do Porto e Almada.

A UMAR é actualmente uma associação que está empenhada em despertar a sociedade portuguesa para consciência feminista. Num percurso de quase 30 anos, esta associação conseguiu unir várias gerações de mulheres, abrir espaços de intervenção para as mais jovens e actualizar a sua intervenção com uma Agenda Feminista de novas e "velhas" causas, por exemplo, o direito à contracepção e ao aborto, a luta contra a violência doméstica, a Paridade nos órgãos de decisão política ou o envolvimento internacional em iniciativas como a da Marcha Mundial de Mulheres.

O estabelecimento de elos entre gerações é fundamental para a ocorrência do intercâmbio de ideias e experiências, bem como para que a memória histórica não se venha a perder, mas que permita avanços no quadro de novos tempos e de novas posturas sobre os feminismos.

Percorrendo a sua história, até 1989, a UMAR começou por ser União de Mulheres Antifascistas e Revolucionárias aquando do seu 4º Encontro Nacional altura em que passou a ser Movimento para a Emancipação Social das Mulheres Portuguesas. A UMAR passou a ter a designação que actualmente assume (União de Mulheres Alternativa e Resposta), já na segunda metade da década de 90.

Existem cinco fases que caracterizam a vida da associação:

1ª Fase (1976/1977) - As movimentações gerais por creches, casas, emprego, educação, pela qualidade de vida.

2ª Fase (1978/1984) - "O pessoal é político" - o direito à contracepção e ao aborto.

3ª Fase (1985/1990) - A afirmação institucional - a acção comum no Conselho Consultivo da CIDM e na Coordenadora Nacional de Mulheres.

4ª Fase (1991/1996) - Pela afirmação social, profissional e política das mulheres.

5ª Fase (1997/2007) - Uma agenda feminista de novas e "velhas" lutas.

2.2 – Área de intervenção

A UMAR intervém essencialmente nas seguintes áreas: violência de género, intervenção comunitária, formação para públicos estratégicos e para mulheres de sectores sociais desfavorecidos, prevenção da violência nas escolas, estudos e dinamização de seminários, centro de documentação e arquivo feminista, sendo esta última, uma área relativamente recente na associação.

O Organograma da Instituição encontra-se em anexo (Anexo nº5).

2.3 - Principais linhas de orientação

- Defender os direitos das mulheres.
- Promover a afirmação social, económica e política das mulheres e a sua representação paritária em todas as esferas de decisão, assim como estender a paridade à esfera da família na igual partilha de responsabilidades entre todos os seus membros.
- Opor-se a todas as formas de discriminação e de violência sobre as mulheres e promover formas de intervenção e solidariedade.
- Combater todas as formas de exclusão social das mulheres, promovendo o seu empoderamento e exigindo medidas contra a feminização da pobreza.
- Promover a formação social e profissional das mulheres, assim como uma maior consciência feminista acerca dos seus direitos e do seu papel na sociedade.
- Desenvolver acções de solidariedade feminista a nível internacional e estabelecer intercâmbio e parcerias na área da igualdade de género com organizações nacionais e internacionais.
- Elaborar estudos, publicações, desenvolver debates, seminários, congressos e outras acções de interesse para mulheres e homens, contribuindo para a afirmação dos feminismos, enquanto corrente plural do pensamento e acção.

2.4- Grupo de Trabalho

Os Grupos de Trabalho organizam-se em função dos seus interesses e são coordenados por uma pessoa da Direcção ou alguém em quem a Direcção delegue essa função. Têm habitualmente âmbito nacional, embora possam também organizar-se localmente. Os seus planos e relatórios de actividades são construídos pelas pessoas que os integram, sancionados pela Direcção e pela Assembleia Geral. Estes grupos estão activos quando e enquanto as pessoas lhes dão vida.

IV – O MEU ESTÁGIO

Nesta fase do relatório será especificado todo o processo de estágio desde o contacto com as instituições (CIG e UMAR) terminando com a elaboração do plano de projecto a ser implementado em Moçambique.

A selecção da temática em estudo e o contacto com as instituições iniciou-se em 2009. Esta selecção partiu da necessidade de aprofundar conhecimentos e compreender em que áreas é que um Técnico em Ciências de Educação, nomeadamente no campo da Educação de Adultos pode intervir.

A área de estágio incide no âmbito da *Educação para Cidadania e Igualdade de Género*, pois sempre me interessei pela temática da Inserção Social e do Desenvolvimento Local. Considero que o investimento nestas áreas será uma mais-valia para a formação dos indivíduos numa sociedade em constante mudança e na qual se tem verificado cada vez mais uma valorização do investimento na formação ao longo da vida. O facto da *Educação para Cidadania e Igualdade de Género* ser uma área nova, bastante complexa de compreender e cujo conhecimento é diminuto em relação aos estágios realizados, torna-se um desafio. Seleccionada a área de estágio, passou-se à fase da escolha e do contacto com as instituições. A escolha da instituição foi efectuada tendo por base os seguintes critérios:

Áreas de intervenção - através deste critério, foi possível averiguar os objectivos pelos quais as instituições se regiam e os projectos realizados estavam em consonância com a experiência e formação que me propunha alcançar com a realização do estágio.

Credibilidade - existência de segurança e confiança em desenvolver projectos viáveis com a colaboração da instituição.

Experiência no terreno - este critério permitiu constatar a concretização dos objectivos na prática e desta forma, seleccionar uns em detrimento de outros;

Localização – este critério foi seleccionado com o intuito de verificar que instituições se situavam nas regiões limítrofes da minha área de residência, objectivando facilidade de acesso às instituições.

Para além da CIG, também foi estabelecido o contacto com outras instituições (UCCLA, INDE, IAC, TESE, CIC-Portugal, entre outras).

Selecionei a CIG, mais concretamente, o Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação como instituição a realizar o estágio, uma vez que esta se revelou ser o melhor local para aprender a delinear e implementar estratégias e políticas globais a nível de um país, no apoio à mulher e cidadãos em geral. Devido à necessidade de conhecer e compreender como as políticas de igualdade de Género são aplicadas localmente, a UMAR

foi a instituição eleita para complementar os conhecimentos adquiridos na CIG, uma vez que a UMAR desde 2008 possui um projecto (Bibliotecas para a Igualdade de Género-BIG) que está integrado no âmbito da Igualdade de Género e Cidadania.

Neste relatório serão apresentados dois projectos, uma vez que o estágio foi desenvolvido em duas instituições.

O primeiro projecto, elaborado em colaboração com a CIG foi proposto pelo orientador do local de estágio, responsável do Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação. A principal finalidade deste projecto, consistiu em efectuar um estudo comparativo do enquadramento político e educativo da promoção da Cidadania e Igualdade de Género em Moçambique e Portugal.

O segundo, foi elaborado em parceria com a UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e após sua aprovação irá ser implementado em Moçambique. Este projecto apresenta duas vertentes de actuação. A primeira consiste na criação de Bibliotecas para a Igualdade de Género (BIG-Moçambique) nas escolas do ensino secundário e politécnico, enquanto a segunda focaliza-se na criação de Bibliotecas Itinerantes de Cidadania e Igualdade de Género para a comunidade em geral.

Ao longo da realização do estágio, definiram-se os seguintes objectivos de intervenção e cognitivo (carácter pessoal, académico/profissional):

1 - Objectivos de Intervenção

- Caracterizar uma organização com fins educativos e/ ou formativos.
- Aprofundar os conhecimentos teóricos e práticos na área da Educação, Cidadania e Igualdade de Género.
- Compreender o funcionamento da Instituição quanto aos mecanismos que possibilitam o processo de Cidadania e Igualdade de Género;
- Averiguar os agentes que estão implicados nesse processo.
- Analisar documentos que caracterizem o processo de Educação, Cidadania e Igualdade de Género.

2 - Objectivos Cognitivos

2.1 - Carácter Pessoal

- Crescer enquanto pessoa.

- Ser capaz de tomar decisões autonomamente.
- Promover a capacidade de relação com o outro.
- Ser flexível nas diversas situações.

2.2 - Carácter Académico/Profissional

- Aprofundar conhecimento no âmbito da elaboração de projectos de intervenção.
- Obter conhecimentos sobre o desenvolvimento de um projecto.
- Adquirir conhecimentos no campo da política da educação.

Seguidamente, irei apresentar os projectos mencionados anteriormente.

PROJECTO1: ENQUADRAMENTO POLÍTICO E EDUCATIVO DA PROMOÇÃO DE CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

1-Apresentação do projecto

O projecto de estágio elaborado na CIG teve início em Outubro de 2009, e tem como principal objectivo a elaboração de um estudo comparativo sobre Cidadania e Igualdade de Género em Moçambique e Portugal.

Este estudo baseia-se na análise de manuais e documentos sobre a legislação de ambos os países no que se refere às políticas de Cidadania e Igualdade de Género. Os manuais e a legislação foram consultados na biblioteca da CIG, fornecidos pelo orientador de estágio (Director do Centro de planeamento e documentação da CIG). Os materiais relacionados com a situação moçambicana, foram obtidos através do Departamento da Educação na Embaixada de Moçambique localizada em Lisboa, portal de governo, rede social, entre muitas outras.

Após recolha de informação, desencadeou-se a fase da análise de dados.

Como o desenvolvimento deste estágio abrangia somente a componente teórica, para um melhor aprofundamento da área temática, houve necessidade de se conhecer a aplicação da teoria na prática. Desta forma, entrou-se em contacto com a UMAR em 2010 com o intuito de se concretizar este objectivo.

2-Apresentação do objectivo geral e específico do projecto desenvolvido na CIG

2.1- Objectivo geral

- Compreender como o enquadramento político e educativo da promoção da Cidadania promove o desenvolvimento da Igualdade de Género.

2.2- Objectivo específico

- Verificar as causas que contribuem para a não aplicação de políticas de educação para a cidadania e igualdade de género, uma vez que este fenómeno está presente em todos os países e abrange todas as classes sociais.

- Analisar quais os campos a intervir para colmatar as lacunas verificadas ao nível da assistência social em Moçambique.
- Perceber o contributo de cada país na melhoria da educação para a cidadania e igualdade de género.
- Incluir a Cidadania, como dimensão transversal e área específica, na oferta pública e privada de formação ao longo da vida.
- Garantir a formação inicial e contínua de profissionais e agentes educativos direccionada para a aquisição de competências para trabalhar a Educação para a Cidadania na escola, assegurando a criação e o desenvolvimento de recursos e materiais didácticos para o efeito.

3-Análise e interpretação dos Resultados

Seguidamente, passar-se-á a análise minuciosa das políticas de cidadania e igualdade de género em Moçambique e Portugal. Em anexo, encontra-se a grelha sobre o enquadramento político e educativo da promoção de Cidadania e Igualdade de Género em Moçambique e Portugal (Anexo nº 6).

3.1-Enquadramento político e legal da promoção da Cidadania e Igualdade de Género

3.1.1-Constituição da República

Ao analisar a Constituição da República de Moçambique de 2004 (Anexo nº 7), pode-se constatar que no que diz respeito à cidadania e igualdade de género, “todos os cidadãos são iguais perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política” (Artigo 35º). O Artigo 36º da Constituição (2004), também vem reforçar esta ideia quando descreve que “O homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural”.

Quanto à educação na República de Moçambique o Estado promove uma estratégia de educação visando a unidade nacional, a erradicação do analfabetismo, o domínio da ciência e da técnica, bem como a formação moral e cívica dos cidadãos. A educação se organiza e desenvolve através de um sistema nacional (Artigo 113º).

No que diz respeito ao trabalho, o Estado defende que a trabalho igual deve corresponder salário igual (Artigo 112º). Porém, é proibido o trabalho de crianças quer em idade de escolaridade obrigatória quer em qualquer outra (Artigo 121º).

Para Portugal, o princípio da igualdade desde 1976 é um princípio fundamental da *Constituição da República*. Revisões posteriores reforçaram alguns aspectos desse princípio, em particular a revisão de 1997 (Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro). A última revisão data de 2005 (Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto). A Constituição da República Portuguesa encontra-se em anexo (Anexo nº 8).

Ao analisar a última revisão da Constituição da República, pode-se constatar que “promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; bem como, promover a igualdade entre homens e mulheres”, são umas das principais tarefas do Estado” (Artigo 9º). Sendo assim, “todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Portanto, ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (Artigo 13º).

Através do Artigo 26º, pode se verificar que “a todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação”.

O trabalho é um direito de todos os cidadãos. Neste sentido, trabalho igual, deve garantir um salário igual. Portanto, “todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito: à retribuição do trabalho, segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual, de forma a garantir uma existência condigna. Incumbe ao Estado assegurar as condições de trabalho, retribuição e repouso a que os trabalhadores têm direito (Artigo 59º).

Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. Na realização da política de ensino incumbe ao Estado: Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito; Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar; Garantir a todos os cidadãos, segundo as suas

capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística; entre outros (Artigo 74º).

3.1.2- Estrutura de governo

Enquanto Moçambique apresenta uma instituição ligada a cidadania e Igualdade de Género denominada por Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS), Portugal possui duas: CIG- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, integrada na Presidência do Conselho de Ministros e sob a tutela do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, e CITE- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pertencente ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Em Moçambique, o Ministério da Mulher e da Acção Social tem como missão coordenar e dirigir a execução da política de emancipação e desenvolvimento da mulher, integrar e coordenar os esforços de todas as instituições governamentais e não governamentais que trabalham na área da Mulher, do Género e da Acção Social em todo o Território Nacional.

No cumprimento da sua Missão, o MMAS conta com o Conselho Nacional para o Avanço da Mulher, um mecanismo de coordenação inter-sectorial, criado com o objectivo de supervisionar, impulsionar e acompanhar a implementação de políticas e programas aprovados pelo governo para área da mulher e do género.

Em Portugal, a CIG tem como missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género. Extingue ainda, por fusão, a Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e a Estrutura de Missão contra a Violência Doméstica, sendo as suas atribuições integradas na Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

A CITE é uma entidade tripartida, criada para combater a discriminação e promover a igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional, tanto no sector público como no sector privado, conforme previsto na Constituição e nas leis. É constituída por representantes governamentais e dos parceiros sociais (Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional - CGTP-IN, Confederação da Indústria Portuguesa - CIP e União Geral dos Trabalhadores - UGT).

De seguida, apresenta-se as leis afins às políticas de cidadania e igualdade de género de Moçambique e Portugal.

3.1.3- Leis afins às políticas de cidadania e igualdade de género

Nesta fase pretende-se elucidar as leis que convergem para o mesmo princípio em termos de cidadania e igualdade de género em ambos os países.

3.1.3.1-Moçambique

- Lei n.º 29/2009. Lei sobre a Violência Doméstica praticada contra a Mulher. A presente Lei visa proteger a integridade física, moral, psicológica, patrimonial e sexual da mulher, contra qualquer forma de violência exercida pelo seu cônjuge, ex-cônjuge, parceiro, ex-parceiro, namorado, ex-namorado e familiares.
- Lei n.º 4/2007, de 7 de Fevereiro. Define as bases em que se assenta a Protecção Social, e, organiza o sistema em três pilares, nomeadamente, a Segurança Social Básica, a Obrigatória e a Complementar.
- Decreto n.º 16/93, de 25 de Agosto. Aprova o subsídio de alimentos para as pessoas incapacitadas para o trabalho.
- Lei n.º 23/2007, de 1 de Agosto. Aprova a Lei do Trabalho e revoga a Lei n.º 8/98, de 20 de Julho. A presente Lei consagra, de forma expressa, o princípio de igualdade de direitos entre mulheres e homens no mercado laboral.
- Lei n.º 10/2004, de 25 de Agosto. Lei relativa aos direitos da família e introduz medidas que visam erradicar estereótipos e práticas discriminatórias.

3.1.3.2-Portugal

- Decreto-Lei n.º 49 408, n.º 2, de 24 de Novembro de 1969 – art.º116º. Introduce na legislação o princípio "salário igual para trabalho igual".
- Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro. Com a entrada em vigor do *Código Penal*, são introduzidas importantes inovações e alterações, nomeadamente no que diz respeito a: maus tratos entre cônjuges ou contra menores ou subordinados (art.º 153º); subtracção de menores (art.º 196º); falta de assistência material à família (art.º 197º); falta de assistência material fora do casamento (art.º 198º); abandono do cônjuge ou filhos em perigo moral (art.º 199º).
- Lei n.º 61/91, de 3 de Agosto, garante a protecção adequada às mulheres vítimas de violência.
- Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, que cria o Rendimento Mínimo Garantido, com a finalidade de assegurar aos titulares recursos que contribuam para a satisfação das necessidades mínimas.

- Lei n.º 52/2005, de 31 de Agosto, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2005-2009, onde constam diversos compromissos em matéria de concretização e promoção das políticas para a igualdade de género, como a promoção de uma educação para todos e para todas, combatendo os efeitos de género, o reforço da participação política das mulheres em todas as esferas de decisão e a promoção da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar.
- Lei nº 5/2007, de 16 de Janeiro (Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto), a qual consagra que todos têm direito à actividade física e desportiva, independentemente do sexo, e que a sua prática deve contribuir para a promoção de uma situação equilibrada e não discriminatória entre homens e mulheres.

Analisando as Leis e os Decretos-lei de Moçambique e Portugal em termos de políticas de cidadania e igualdade de género, pode-se destacar que ambos preocupam-se com a política de igualdade de género, porém, para o governo Moçambicano é relativamente recente, pois, foi definida na Constituição da República só a partir de 2004, enquanto em Portugal ocorreu em 1976. Portanto, é possível constatar que ainda existe um longo caminho a percorrer para que se atinja a plena igualdade entre os cidadãos em Moçambique.

Também se destaca que, apesar dos princípios de cidadania e igualdade de género estarem definidos na constituição, atingir a igualdade entre género é um processo moroso, que implica a intervenção de todos os agentes sociais.

Para terminar, pode-se realçar que o desenvolvimento pessoal e social pode ser promovido dando igual oportunidade a ambos os géneros.

3.1.4-Especificidade da regulamentação nas áreas da cidadania e Igualdade de género

Nesta parte, pretende-se destacar em termos de cidadania e igualdade de género, que leis ou decretos-lei diferenciam cada país.

3.1.4.1-Moçambique

- Decreto nº 24/89, de 8 de Agosto, aprova regulamento de transporte em automóveis para as pessoas da terceira idade e preconiza a isenção do pagamento de qualquer tarifa nos transportes públicos à idosos com idade igual ou superior a 70 anos.
- Lei nº 5/2002, de 5 Fevereiro. Lei sobre o HIV/SIDA e o Trabalhador, visa proteger os

direitos dos trabalhadores e candidatos ao emprego.

- Plano Nacional de Acção para a Criança (PNAC): 2005-2010. Este plano identifica prioridades chaves na sobrevivência, protecção e desenvolvimento da criança. Tem como base fundamental as políticas e estratégias do Governo, nomeadamente o Plano Quinquenal do Governo, o PARPA e a Agenda 2025 e os seus instrumentos de planificação, nomeadamente o PES (Plano Económico Social), o Orçamento do Estado e o CFMP (Cenário Fiscal de Médio Prazo).
- Carta Africana Sobre os Direitos e Bem-estar da Criança, (1990). Nesta carta proclama-se que a todo o indivíduo lhe é reservado todos os direitos e liberdades reconhecidos e garantidos sem qualquer distinção, leis, raça, grupo étnico, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outro tipo de opinião, origem nacional e social, riqueza, nascimento ou qualquer outro estatuto.

3.1.4.2- Portugal

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/97, de 24 de Março, que aprova o I Plano Global para a Igualdade.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, de 15 de Junho, que aprova o Plano Nacional contra a Violência Doméstica.
- Lei n.º 129/99, de 20 de Agosto, que aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência conjugal.
- Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro, que aprova a lei do serviço militar, não estabelecendo quaisquer diferenças entre "cidadãos do sexo feminino e do sexo masculino".
- Decreto-Lei n.º 474-A/99, de 8 de Novembro, que aprova a Lei Orgânica do XIV Governo Constitucional, que prevê, na Presidência do Conselho de Ministros, um Ministro para a Igualdade, que “exercerá os poderes que nele forem delegados pelo Conselho de Ministros ou pelo Primeiro-Ministro”. O mesmo diploma extingue o Alto-Comissário para a Igualdade e Família.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 166/2006, de 15 de Dezembro, que aprova o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) para o período de 2006-2008.
- Lei n.º 10/2001, de 21 de Maio - D.R. IS-A, n.º 117, 21/05/2001 Institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Observando as leis e decretos-lei de cada país, pode se constatar que Portugal em comparação com Moçambique, é um país que “garante” assistência ao nível da alimentação, habitação, segurança, saúde aos cidadãos com poucos recursos económicos e sociais.

O PARPA é um dos planos que o governo de Moçambique adoptou para diminuir a pobreza no país. Neste plano as prioridades estão direccionadas para uma maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade, focalizando a atenção no florescimento de pequenas e médias empresas, mantendo em comum as prioridades em áreas do desenvolvimento do capital humano na educação e saúde, da melhoria na governação, do desenvolvimento das infra-estruturas básicas e da agricultura, do desenvolvimento rural, e de melhoria na gestão macro-económica e financeira.

1.1.5- Especificidades gerais ao nível de cada Estado

1.1.5.1-Contexto Socioeconómico e Demográfico

Segundo o Plano Económico e Social (2010), a incidência da pobreza em Moçambique reduziu de 70% em 1997 para 54% em 2003. O desafio actual preconizado no PARPA II é de reduzir a pobreza até 45% em 2009. Apesar dos avanços significativos em diferentes áreas, continuam enormes os desafios para reduzir a pobreza absoluta e o fomento do crescimento económico rápido, sustentável e abrangente, considerado um aspecto intrínseco ligado a este e a todos outros ODMs (Objectivos do Desenvolvimento do Milénio).

Quanto ao segundo objectivo, atingir o Ensino Primário Universal até 2015, verifica-se que a escolarização primária universal continua a representar um grande desafio para Moçambique. Neste âmbito, propõe-se para 2010 que 4,5 milhões de alunos frequentem as escolas públicas do ensino primário do 1º grau em todo o País o que corresponderá a um acréscimo de pouco mais de 319,1 mil alunos correspondente a um crescimento de 7,5% em relação ao valor observado em 2009. Os mesmos alunos frequentarão um total de 10.448 escolas que representam um acréscimo de 421 (4,2%) unidades em relação às que funcionam no corrente ano lectivo.

Para o Ensino Primário do 2º grau propõe-se que em 2010 seja inscrito um total de 888,5 mil alunos que corresponderá a um crescimento de 18,0% relativamente ao número observado em 2009.

A fim de se promover a Igualdade do Género e a Autonomia das Mulheres, a sensibilização das comunidades para o ingresso da rapariga, no ensino com idade oficial de 6 anos, irá prosseguir.

No âmbito da redução da mortalidade neo-natal, será realizada a consulta pós-natal integrada durante o período mais vulnerável, isto é, no 3º dia e no 7º dia após o parto para as mães e os recém-nascidos, em todos os níveis de prestação de serviços, de forma a assegurar uma boa continuidade dos cuidados para as mães e os recém-nascidos desde a unidade sanitária até à comunidade e vice-versa.

Em Moçambique, a mortalidade materna intra-hospitalar representa um indicador de qualidade de atenção à gravidez e ao parto. Dados de rotina indicam que a taxa de mortalidade materna intra-hospitalar por 100.000 nados vivos tem uma tendência negativa e irregular tendo-se situado sucessivamente em 182/100.000, 190/100.000, 163/100.000, 193/100.000 em 2005, 2006, 2007, 2008 respectivamente.

A pandemia do *HIV/SIDA* continua a ser uma das maiores ameaças ao desenvolvimento de Moçambique. Neste contexto, serão reforçadas as medidas preventivas do *HIV/SIDA* e ITSs (Infecções de tratamento sexual), disponibilizando os preservativos em todos os serviços de ATS (Aconselhamento e testagem em saúde), SAAJ (Serviço de saúde amigos dos adolescentes e jovens), PTV (Programa de prevenção vertical/programa de prevenção da transmissão de mãe para filho), consultas de PF (Planeamento familiar) e pré-natais, consultas externas e cuidados domiciliários bem como reforçando a ligação com as Organizações Baseadas na Comunidade no âmbito da educação sanitária para redução do impacto do *HIV/SIDA*.

56,8%, é a meta de cobertura no abastecimento de água potável prosseguida para o final de 2010, estando para isso, prevista a construção e reabilitação de 2.143 fontes que permitirão o acesso a fontes de água seguras a cerca de 1.071.500 pessoas adicionais.

O Governo irá prosseguir com acções tendo em vista o relacionamento privilegiado e diversificado com todos os parceiros de desenvolvimento com vista a materialização dos seus planos e programas.

Os principais objectivos do estado em relação ao plano económico e social são seguintes:

- Alcançar um crescimento económico de 6.2%.
- Conter a taxa de inflação média anual em cerca de 9.5%.
- Atingir um nível de USD 2,142 milhões de dólares, em exportações de bens, o que representará um crescimento de 10% comparativamente as projecções para finais de 2009.
- Prosseguir com a criação de condições que tornem atractivo o investimento em Moçambique, salvaguardando, no entanto, uma correcta gestão do meio ambiente.

- Melhorar em quantidade e qualidade os serviços públicos de educação, saúde, água e saneamento, estradas e energia (Plano Económico e Social para 2010).
- Entre outros.

No caso de Portugal, as prioridades fundamentais do Programa do XVIII Governo Constitucional são as seguintes:

- Relançar a economia e promover o emprego.
- Reforçar a competitividade, reduzir a dependência energética e o endividamento externo, valorizar as exportações, modernizar Portugal.
- Desenvolver as políticas sociais, qualificar os serviços públicos e reduzir as desigualdades.

Quanto ao contexto social, CANÇO e SANTOS (2009, p.21), afirmam que, no que diz respeito à segurança social, a Constituição da República Portuguesa garante o direito à segurança social (CRP, art.º 63º).

As bases gerais no qual está estruturado o sistema de segurança social encontram-se previstas na Lei n.º 4/2007, de 16 de Janeiro. Estas compreendem três sistemas: o sistema de protecção social de cidadania, o sistema previdencial e o sistema complementar.

As eventualidades protegidas nestes casos são:

Doença - Subsídio pecuniário atribuído em regra durante um máximo de 1095 dias.

Parental - Subsídio pecuniário durante 120 dias ou 150 (120+30) por partilha de subsídio, no montante de 100% da remuneração de referência ou 83% no caso de 180 dias (150+30) por partilha de subsídio, 80% no caso de 150 dias.

Desemprego - Concretizado através da atribuição de subsídio de desemprego (até 65% da remuneração de referência), do subsídio social de desemprego (montantes variáveis, de acordo com o agregado familiar do/a beneficiário/a) e do subsídio de desemprego parcial.

Encargos familiares – abono de família pré-natal, abono de família para crianças e jovens, subsídio de funeral, bonificação por deficiência, subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e complemento extraordinário de solidariedade, subsídio por assistência de terceira pessoa.

Invalidez - Pensão por incapacidade permanente para o trabalho.

Velhice - Pensão atribuída ao/à beneficiário/a que tenha atingido a idade mínima legalmente presumida como adequada para a cessação do exercício da actividade profissional, com um registo de remunerações durante um período mínimo.

- Às pensões de invalidez e de velhice pode acrescer o complemento por dependência.
- A *uniformização da idade da reforma* para homens e mulheres aos 65 anos foi operada pelo Decreto-Lei n.º 329/93, de 25 de Setembro, na redacção em vigor.

Morte - Pensão de sobrevivência (a que pode acrescer o complemento por dependência) e subsídio por morte.

Doenças Profissionais – No caso de prestações pecuniárias podem-se salientar as indemnizações por incapacidade temporária absoluta ou parcial, pensão por incapacidade permanente absoluta ou parcial, subsídios por situação de elevada incapacidade permanente, provocadas por doença profissional. Também podem existir prestações em espécie.

3.2-Enquadramento das Políticas da promoção da cidadania e Igualdade de género na educação

3.2.1-Políticas gerais

O Sistema Nacional de Educação de Moçambique (SNE) está estruturado em ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extra-escolar (Art.º 6, Lei n.º. 6/92, de 06 de Maio, do Sistema Nacional de Educação). A tabela que se segue especifica a composição do SNE. Em anexo (Anexo nº 9) encontra-se a lei do Sistema Nacional de Educação.

Sistema Nacional de Educação					
Ensino pré-escolar	Ensino escolar				Ensino extra-escolar
O ensino se realiza em creches e jardins-de-infância e está vocacionado para crianças com idade inferior a 6 anos. Funciona como complemento ou supletivo da acção educativa da família, com a qual coopera estreitamente. O seu objectivo é estimular o desenvolvimento psíquico, físico e intelectual das crianças e contribuir para a formação da sua personalidade.	Ensino geral - Primário 1º Grau: 1ª a 5ª Classe 2º Grau: 6ª a 7ª Classe - Secundário 1º Ciclo, da 8ª à 10ª classe; 2º Ciclo, 11ª e 12ª classe	Ensino técnico-profissional - Elementar - Básico - Médio	Ensino superior - Compete assegurar a formação a nível mais alto de técnicos e especialistas nos diversos domínios do conhecimento científico. - Destina-se aos graduados com a 12ª classe do ensino geral ou equivalente.	Modalidades especiais de Ensino escolar - O ensino especial; - O ensino vocacional; - O ensino de adultos; - O ensino à distância; - A formação de professores	- Engloba actividades de alfabetização e de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e realiza-se fora do sistema regular do ensino.

Tab. nº 2: Sistema Nacional de Educação de Moçambique (*Fonte:* Lei Nº 6/92, de 06 de Maio)

No caso de Moçambique, a política nacional de educação visa assegurar o acesso à educação a um número cada vez maior de cidadãos e melhorar a qualidade dos serviços prestados em todos os níveis e tipos de ensino. Portanto, pretende-se massificar o acesso da população à educação e fornecer uma educação com uma qualidade aceitável, isto é, uma

educação com um conteúdo apropriado e um processo de ensino/aprendizagem que promova a evolução contínua dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de modo a satisfazer os anseios da sociedade (Resolução nº 8/95 de 22 de Agosto).

De acordo com CANÇO e SANTOS (2009, pp.81-82), o sistema de educação em Portugal é composto por:

Educação Pré-Escolar – Facultativa e gratuita (dos 3 anos de idade até à entrada no ensino básico).

Ensino Básico – Obrigatório e gratuito (com a duração de 9 anos).

Ensino Secundário – Obrigatório, com a duração de 3 anos. O ensino secundário organiza-se em percursos opcionais:

- Uma via predominantemente orientada para o prosseguimento de estudos – *Cursos Científico-Humanísticos*.
- Uma via predominantemente orientada para a vida activa - *Cursos Profissionais*.

Há ainda a considerar as seguintes alternativas: Cursos de Ensino Artístico Especializado, subdivididos em 3 áreas: Artes Visuais e Audiovisuais, Dança e Música.

No ensino básico e secundário, existem, como oferta alternativa, os cursos das Escolas Profissionais, que conferem um diploma de estudos de equivalência ao 9º ou ao 12º ano, viabilizando o prosseguimento da formação no ensino superior e conferindo o certificado de qualificação profissional de nível II ou III.

Mais recentemente foi criada, no quadro da educação e formação de pessoas adultas, a *Iniciativa “Novas Oportunidades”* que integra o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por via formal, informal e não formal, conferindo uma dupla certificação académica e profissional.

Existem ainda os Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), para alunos maiores de 18 anos, e o Ensino recorrente para pessoas maiores de 15 ou 18 anos, respectivamente para o ensino básico e secundário, os quais, com um currículo específico, conferem equivalência ao ensino regular.

Para quem conclui o ensino secundário, existem os Cursos de Especialização Tecnológica que correspondem a formações pós-secundárias, não superiores, que conferem uma especialização científica ou tecnológica, numa determinada área de formação.

Ensino Superior – Facultativo: a habilitação geral ao acesso ao ensino superior é o 12º ano de escolaridade. A primeira matrícula e a inscrição no ensino superior estão sujeitas aos critérios de selecção e seriação, da competência dos estabelecimentos de ensino superior. Os

maiores de 23 anos, titulares de qualificações pós-secundárias ou que, não sendo titulares de habilitação de acesso ao ensino superior, realizem provas específicas, têm acesso ao ensino superior.

Educação extra-escolar – Com o objectivo de complementar a formação escolar ou suprimir a sua carência, sendo um dos seus vectores fundamentais a eliminação do analfabetismo, literal e funcional. Em anexo (Anexo nº10) encontra-se a Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro (Alterada pela Lei n.º 115/97 de 19 de Setembro).

Segundo o Programa do XVIII Governo Constitucional (2009-2013, pp.47-49), “na educação básica e secundária, pretende-se consolidar as mudanças e desenvolver as linhas de evolução e progresso do sistema educativo. Nestes termos, são cinco os objectivos fundamentais do Governo: o primeiro é concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, de modo a que todas as crianças e jovens frequentem estabelecimentos de educação ou formação, pelo menos entre os cinco e os 18 anos de idade; o segundo objectivo é consolidar e alargar as oportunidades de qualificação certificada para os jovens e adultos que entraram no mercado de trabalho sem terem, pelo menos, habilitações equivalentes ao ensino secundário; o terceiro diz respeito ao desenvolvimento de programas de melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos; o quarto é reforçar os recursos, as condições de funcionamento, o papel e a autonomia das escolas; e o quinto objectivo é valorizar o trabalho e a profissão docente”.

3.2.2-Programas educativos de cidadania e igualdade de género

No âmbito da Legislação, Políticas e Planos proposto pelo governo de Moçambique, destaca-se:

- Promover a integração da perspectiva de género nas políticas, programas e projectos sectoriais.
- Produzir 3.000 brochuras, nas línguas nacionais (Changana, Sena e Makhuwa), sobre a integração de género nos planos e orçamento.
- Criar e operacionalizar 60 Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher, sendo 17 na província de Cabo Delgado, 7 em Niassa, 4 em Nampula, 2 na Zambézia, 6 em Tete, 2 em Manica, 13 em Sofala, 4 em Inhambane, 3 em Gaza e 2 em Maputo Província.
- Divulgar instrumentos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos da mulher nas instituições do Governo e da Sociedade Civil através da realização de 11

seminários para um total de 770 representantes, sendo 70 por cada Província, dos quais 50% do sexo feminino.

- Realizar acções de capacitação sobre género, desenvolvimento e orçamentação na óptica de género, envolvendo 330 representantes das instituições governamentais e não governamentais de todas as Províncias.
- Capacitar em matéria de género, participação, violência e HIV/SIDA os membros das redes e unidades de promoção de mulheres e homens na planificação e governação distrital nos Distritos costeiros de Cabo-Delgado - Distritos de Mueda, Nangade, Muidumbe, Meluco e Ancuabe (*in* Plano Económico e Social, 2010, p. 133).

53

Para além destas medidas, o governo moçambicano compromete-se em assegurar a prioridade da assistência aos grupos vulneráveis em situação de emergência, nomeadamente: criança em situação difícil, mulher chefe de agregado familiar, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência e doentes crónicos.

Programas de Assistência Social					
Distribuição dos Beneficiários por Província					
Províncias	Programa de Subsídios de Alimentos	Programa Benefício Social pelo Trabalho	Programa de Geração de Rendimentos	Programa de Apoio Social Directo	Programa de Desenvolvimento Comunitário
Niassa	14,300	983	475	2,300	43,005
Cabo	15,000	263	540	1,180	14,250
Delgado	31,700	581	920	2,650	68,500
Nampula	17,400	548	1,180	3,285	21,800
Zambézia	18,200	263	550	1,860	15,600
Tete	17,200	393	500	1,700	13,000
Manica	14,851	605	1,310	2,550	7,600
Sofala	15,400	284	672	1,735	18,662
Inhambane	23,680	718	1,045	1,690	19,613
Gaza	7,400	158	300	1,150	12,000
Maputo P.	6400	350	500	1900	11921
Maputo C.					
Total	181,531	5,146	7,992	22,000	245,951

Tab. nº 3: Programa de Assistência Social (*Fonte:* Plano Económico e Social, 2010, pp.98-99)

No caso de Portugal no âmbito da educação para a cidadania o Governo compromete-se a:

- Continuar a apostar no Programa Novas Oportunidades como instrumento privilegiado de capacitação e reconhecimento de competências de mulheres adultas.
- Promover a utilização de linguagem não sexista nas políticas públicas e nos manuais escolares.

- Promover acções sistemáticas de sensibilização na área da promoção da igualdade de género e da prevenção da violência de género, nomeadamente através do lançamento de campanhas, atribuição de prémios e ciclos internacionais e nacionais de conferências.

No mesmo sentido, o Governo continuará a dar prioridade à promoção da empregabilidade e do empreendedorismo feminino, designadamente através de:

- Aprofundamento dos mecanismos de apoio ao empreendedorismo feminino.
- Promoção de medidas para a eliminação da segregação segundo o género, no mercado de trabalho, e para o combate às desigualdades salariais entre homens e mulheres.
- Elaboração de Planos para a Igualdade nas empresas públicas (Programa do XVIII Governo Constitucional, 2009-2013, pp.81-82).

PROJECTO2: BIBLIOTECAS PARA A IGUALDADE DE GÉNERO – MOÇAMBIQUE

1-Apresentação do projecto

Como já se fez referência, a UMAR foi a instituição escolhida para pôr em prática os conhecimentos adquiridos na CIG.

O projecto BIG promovido pela UMAR tem como objectivo estabelecer de forma criativa, uma ligação às bibliotecas escolares e municipais, promovendo a Cidadania e a Igualdade de Género junto dos/as jovens utentes dessas bibliotecas.

Ao estabelecer protocolos com a Rede de Bibliotecas Escolares e Municipais, pretende não só intervir junto de jovens, utentes de bibliotecas e estudantes de vários graus de ensino, como procura ter efeitos multiplicadores sobre outros públicos. Combater os estereótipos reprodutores das desigualdades exige um trabalho profundo e persistente de alteração de mentalidades, sendo que os/as jovens podem ser veículos dessa transformação na própria sociedade.

Alguns objectivos do projecto BIG são: promover a Igualdade de Género e Cidadania junto de jovens utentes de bibliotecas escolares e municipais, inserindo-os num trabalho em rede potenciador da eliminação de estereótipos e de promoção de boas práticas; utilizar as novas tecnologias para divulgação de documentação digitalizada e de recursos bibliográficos na área da Igualdade de Género, que permitam o desenvolvimento de trabalhos em suporte escrito, áudio-visual ou de multimédia e criação de uma Rede de Promoção da Igualdade e da Cidadania assente nos/as jovens utentes de bibliotecas escolares e municipais, que se projecte para o futuro, criando espaços de animação, que envolvam os/as jovens na sua dinamização.

Na realização do estágio na UMAR, inicialmente foi possível participar em sessões sobre Igualdade de Género em várias escolas. Nessas sessões, os representantes da UMAR, expunham placares sobre a temática da Igualdade de Género, forneciam materiais ao público presente e solicitavam que o público preenchesse um questionário de avaliação da actividade. Neste questionário constava informação como: interesse da temática, as condições de dinamização da actividade, sugestões, entre outras.

Como estagiária, umas das actividades efectuada na UMAR foi o tratamento de questionários, o resumo das sessões para publicação no site do Projecto BIG e a organização do Kit bibliográfico que eram facultados às bibliotecas escolares e/ou municipais.

Ao longo da realização das actividades, sugeri à coordenadora do projecto BIG, expandir o projecto para Moçambique. Esta considerou a sugestão como sendo uma boa

iniciativa, não somente para Moçambique, mas também para os países da CPLP. Porém, no caso de Moçambique, ponderou variar consideravelmente a área de intervenção. Sendo assim, o projecto Bibliotecas para a Igualdade de Género em Moçambique (BIG-Moçambique) terá dois focos de actuação: um dos focos está direccionado para a criação da biblioteca itinerante, enquanto o segundo, está vocacionado para o trabalho com bibliotecas escolares.

As sessões desenvolvidas na biblioteca itinerante servirão de ponte entre a comunidade e o sistema educativo. Com a criação desta biblioteca, para além de se abordar a questão da Cidadania e Igualdade de Género, também se pretende promover a valorização e preservação do património cultural e histórico de Portugal e Moçambique.

A valorização do património cultural junto da comunidade contribuirá para o desenvolvimento de parcerias que irá facilitar a interacção entre a cultura, a ciência e a educação, possibilitando desta forma o surgimento de políticas de desenvolvimento do País, bem como, a criação de cidadãos mais qualificados e intervenientes nas práticas culturais.

A abordagem da temática do património cultural, permitirá também que os cidadãos estejam inseridos num quadro de cultura do conhecimento, inovação e criatividade, assim como, funcionará como repositório da memória e instrumento de construção de identidade individual e colectiva.

Com as sessões desenvolvidas nas bibliotecas escolares/municipais, pretende-se aprofundar e divulgar a temática da cidadania e igualdade de género.

O projecto será implementado em Moçambique a partir de 2011 e pretende-se que tenha a duração de 2 anos. Este será executado em colaboração com instituições moçambicanas e portuguesas.

Para a recolha de dados e o conhecimento do espaço no qual será dinamizado o projecto, foi realizada em Junho de 2010 uma visita à Moçambique. Os dados pretendidos foram obtidos graças ao trabalho em parceria com o Professor da Universidade Católica de Moçambique na Cidade da Beira (UCM Beira), Director da Escola Industrial e Comercial da Beira e funcionários da Direcção Provincial de Educação de Sofala.

O professor da UCM da Cidade da Beira também coordena projectos de desenvolvimento local. Portanto, devido ao seu conhecimento e experiência na área, este colaborou na selecção da área geográfica a intervir.

2-Diagnóstico da Situação

O presente projecto surgiu com o propósito de incentivar a juventude e a comunidade em geral para a temática da Cidadania e Igualdade de Género, bem como para contribuir para a preservação da cultura portuguesa em Moçambique.

Analisando os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio pode-se afirmar que este projecto se enquadra no âmbito de dois objectivos:

Objectivo 1 – “Erradicar a Pobreza Absoluta”.

Objectivo 3 – “Promover a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres”.

O projecto também irá contribuir para desenvolver nos jovens o papel de actor responsável e interveniente na comunidade, articulando a cultura da responsabilidade individual e social, promovendo desta forma o conhecimento científico, o desenvolvimento pleno de capacidades e da autonomia.

3-Área geográfica

Com a realização da visita à Moçambique, a maior parte dos dados recolhidos foram referentes a parte central do país. Sendo assim, considerou-se que a primeira fase do projecto fosse desenvolvida na Zona Central, concretamente na Província de Sofala, mais tarde se estenderá para a Província de Manica, Tete e Zambézia, e Norte de Moçambique, na Província de Nampula.

Para a implementação do projecto, na Província de Sofala foram seleccionados sete Distritos (Beira, Búzi, Caia, Cheringoma, Dondo, Nhamatanda e Gorongosa). Os Distritos seleccionados são os que apresentam o maior número de estudantes no ensino secundário e técnico profissional.

4-Objectivos

4.1-Objectivos gerais

- Promover a igualdade de género, preservando a cultura portuguesa em Moçambique e combater o analfabetismo.

4.2-Objectivos específicos

- Contribuir para a erradicação da pobreza.
- Despertar os cidadãos para a preservação da identidade cultural.
- Promover uma cultura de responsabilidade individual e social.
- Melhorar a situação social e económica das mulheres, promovendo programas de poupança e crédito e oferecer capacitação de empreendedorismo.
- Multiplicar as práticas da alfabetização de jovens e adultos.
- Compreender a importância do papel da mulher no desenvolvimento.
- Transmitir conhecimentos de técnicas básicas e desenvolver aptidões de trabalho manual, atitudes e convicções que proporcionem o ingresso na vida activa.
- Desenvolver uma cultura de autonomia, pesquisa e reflexão nos alunos implicados no projecto.
- Criar condições para que a escola se assuma como um espaço privilegiado de exercício da cidadania e, assim, mais consequentemente, de Educação na e para a Cidadania e Igualdade de Género.

5-Temas Subjacentes

Observando os objectivos do projecto, considerou-se abordar nas sessões as seguintes temáticas:

- Igualdade de género.
- Cidadania.
- A Mulher no espaço público.
- Preservação e Valorização do Património Cultural.
- Empreendedorismo.

6-Estratégias

Para a dinamização das sessões utilizar-se-á:

- Formações/Workshops.

- Sessões nas bibliotecas escolares sobre os temas destacados anteriormente.
- KIT Cultural (conjunto de Manuais relacionados com Cidadania e Igualdade de Género referente a Portugal e Moçambique que serão fornecidos às bibliotecas).
- Construção do Portal Cidadania e Género.
- Criação da rede escolar de promoção de género.

7-Público-alvo

O público-alvo será composto por:

- Utilizadores da biblioteca itinerante.
- Alunos do ensino secundário.
- Alunos do ensino técnico profissional.

Em anexo (Anexo nº 11), encontra-se tabelas com o número total de escolas e de alunas(os) que estão inscritos em cada distrito. Estes dados foram fornecidos pela Direcção Provincial Educação de Sofala. Sendo assim, neste projecto para cada escola que compõe o distrito implicado no projecto será seleccionado 50% das turmas. Porém, pode-se constatar que ao se aplicar o projecto em 2011 o número de alunos inscritos irá variar, uma vez que os dados são referentes aos inscritos em 2010.

8-Planificação das actividades

A planificação das actividades será efectuada a partir de Outubro de 2010 em colaboração com representantes da UMAR.

Actividades	Destinatários	Conteúdos	Recursos
1		Divulgação do Projecto pelas bibliotecas escolares e a comunidade em geral	<ul style="list-style-type: none"> • Cartazes • Rádio • Jornal • Rede social (Internet, palestras) • Espaços de encontro
2		Reuniões de planeamento com bibliotecas interessadas	Deslocações às Bibliotecas escolares e municipais
3		Apoios à criação e alimentação da área temática da Igualdade nos recursos das bibliotecas	Listas bibliográficas, livros recolhidos junto de ONG's, CIG, MMAS e outras instituições.
4		Reuniões com jovens das bibliotecas escolares e municipais interessados em desenvolver o projecto.	Material de apoio, Portal da Cidadania e Igualdade
5		Desenvolvimento de debates e <i>workshops</i> nas bibliotecas escolares e municipais	<ul style="list-style-type: none"> • Folhetos • Cartazes • Materiais de apoio • Bibliotecas • Internet • Brochuras
6		Divulgação através dos recursos bibliográficos de cada escola	Portal Cidadania e Género, Bibliotecas
7		Apresentação de trabalhos por parte dos jovens com divulgação no Portal da Cidadania e Género	<ul style="list-style-type: none"> • Centro de documentação • Jovens • Comunidade em geral • Bibliotecas

8		Elaboração dos Kits bibliográficos temáticos	<ul style="list-style-type: none">• Portal da Cidadania e Género• Bibliotecas• Redes de parceiros
9		Criação da rede de promoção da igualdade de Género	Portal da Cidadania e Género, Bibliotecas, Kits bibliográficos.

9-Recursos Humanos

O projecto será composto pela seguinte equipa de trabalho:

1. Uma coordenadora de projecto, que irá gerir e coordenar a progressão do projecto, bem como participar na criação de uma equipa de voluntários para a Igualdade de Género.
2. Um(a) técnico(a) que funciona como animadora sociocultural e de género. Este elemento funcionará como o elemento de ligação entre a comunidade e as bibliotecas escolares.
3. Um(a) técnico(a) de documentação.
4. Um(a) funcionário(a) administrativo(a).
5. Um(a) contabilista em regime de part-time.

62

10- Recursos Materiais

Os recursos materiais necessários para a dinamização do projecto são:

- Gabinete apetrechado.
- Material didáctico.
- Fundo para o transporte.
- Meios de Comunicação, entre outros.

11-Potenciais Patrocinadores

Os potenciais patrocinadores foram seleccionados de acordo com a sua área de intervenção na comunidade. Seguidamente, se apresenta minuciosamente os principais stakeholders que vão estar implicados no projecto:

- IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Millennium bcp
- Fundação Aga Khan
- Bill & Melinda Gates Foundation
- Fundação Portugal Telecom

- Microsoft
- União Europeia
- União Africana
- BAD -Banco Africano de Desenvolvimento
- Vodacom
- CIDA - Canadian International Development Agency
- ...

12-Avaliação do projecto

A avaliação é uma etapa importante do projecto, pois através da sua realização é possível melhorar, regular e orientar o percurso do desenvolvimento do projecto. Esta também permite constatar se os objectivos propostos inicialmente foram ou não alcançados.

Neste projecto, a avaliação será efectuada em dois momentos, sendo eles: ao longo de todo o processo e no final do projecto. Na primeira fase, o inquérito será o instrumento de recolha de informação. No segundo momento, ir-se-ão realizar entrevistas aos docentes/bibliotecários que participaram na dinamização das sessões. Do resultado obtido através da análise dos inquéritos administrados ao longo de todo o processo será publicado um relatório do balanço do projecto.

13-Sustentabilidade futura

Elaboração de kits e materiais bibliográficos a serem adquiridos pelas escolas.
Realização de acções de formação para a promoção de uma rede pela igualdade de género.

Angariação de fundos para o equipamento da Biblioteca com materiais audiovisuais a fim de se efectuar o intercâmbio de informação entre as escolas, e desta forma, se desenvolver uma rede de Cidadania e Igualdade de Género entre as Escolas Secundárias e Técnicas.

14-Aspectos internacionais

Estabelecimento de protocolos com várias instituições que actuam no âmbito educativo e cultural.

15-Protocolos

No projecto será estabelecido protocolos com entidades moçambicanas, bem como portuguesas.

64

15.1-Moçambique

- Ministério da Educação e da Cultura
- MMAS - Ministério da Mulher e da Acção Social
- UNICEF
- Redes de Bibliotecas escolares e municipais
- Direcção Provincial de Educação
- Associações parceiras para a dinamização das sessões (Progresso; KULA - Estudos e Pesquisas Aplicadas, Lda.; WLSA - Women and Law in Southern Africa Research and Education Trust; SYNERGOS EM MOÇAMBIQUE; FUMUCOP - Fundação Mulher Unida Contra a Pobreza; ADS - Associação para Desenvolvimento Social; Associação para o Desenvolvimento Comunitário KUGARISSICA; AMRU - Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Rural).
- ...

15.2-Portugal

- CIG
- CITE
- Ministério da Educação
- Ministério da Cultura
- Embaixada de Moçambique
- Associação das Mulheres Moçambicanas
- Associação Portugal-Moçambique
- CCLM – Centro Cultural Luso Moçambicano

- CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- ...

16-Divulgação

Breve descrição das sessões no portal da Cidadania e Género.

Publicação do relatório, no qual será apresentado os resultados obtidos através da avaliação inicial e final do projecto.

V – CONCLUSÃO/REFLEXÃO

A realização deste trabalho permitiu aprofundar conhecimentos teóricos e práticos na área da Cidadania e Igualdade de Género, nomeadamente ao nível do conceito de Educação e Igualdade de Género.

No que concerne à Cidadania, conclui-se que a cidadania é um processo complexo e sem fim que se inicia numa idade muito tenra e prolonga-se durante toda a vida. Este processo implica o desenvolvimento de diversos domínios nomeadamente o psicológico, o cognitivo, o estético, o moral e o social. Também foi possível constatar que a educação desempenha um papel crucial na promoção de uma cidadania activa e responsável, bem como contribui para a diminuição das desigualdades entre os géneros.

O Estado tem um papel crucial na promoção da Igualdade de género em pelo menos três esferas: na criação de um ambiente propício à promoção da educação feminina por intermédio de reformas políticas e legislativas, no investimento em redistribuição e no estabelecimento de reformas que respondam às circunstâncias particulares de meninas e mulheres. Tais reformas devem incluir a diminuição dos efeitos de choques externos como conflitos, crises económicas e HIV/SIDA sobre as mulheres (COLCLOUGH *et al.*, 2003).

No que se refere à emancipação da mulher, pode-se afirmar que apesar do facto de cada vez mais mulheres serem altamente qualificadas e da sua participação no mercado de trabalho estar a aumentar, continuam a ser largamente ultrapassadas pelos homens em cargos de responsabilidade nas áreas política e empresarial, particularmente nos lugares de topo. Porém, frequentemente a partilha desigual das responsabilidades familiares pode levar as mulheres, mais do que os homens, a optar por modalidades flexíveis de organização do trabalho e a fazer interrupções de carreira, o que pode ter um impacto negativo na sua progressão profissional, nos rendimentos, nos direitos de pensão e na independência económica. Por conseguinte, as políticas para promover a participação das mulheres no mercado de trabalho devem consubstanciar uma abordagem integrada, incluindo estratégias para eliminar os estereótipos de género e medidas para melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e familiar de homens e mulheres.

No que diz respeito ao projecto de estágio, o facto de ter efectuado o estágio em duas instituições, foi uma mais-valia para compreender como as políticas de cidadania e igualdade de género definidas pela CIG são concretizadas na prática. Sendo assim, considero que a CIG foi o melhor local para aprender a delinear e implementar estratégias e políticas globais, a nível de um país, no apoio aos jovens e à mulher, para mais tarde fazer a adequada

extrapolação, para a sociedade Moçambicana. O estudo de projectos, casos e situações já concretizados pela instituição foram também de grande auxílio para a minha formação e realização deste projecto.

Com a colaboração da equipa de trabalho da UMAR, foi possível enriquecer os conhecimentos académicos já adquiridos ao nível da educação e formação, nomeadamente na análise de questionários e elaboração de projectos de intervenção tendo como princípio fundamental a educação para a cidadania e igualdade de género.

O facto de participar nas sessões do projecto BIG foi possível verificar que este projecto foi uma mais-valia para colmatar as desigualdades entre género, desigualdade que afecta a sociedade em geral, assim como permitiu concluir que o processo de promoção da cidadania e igualdade de género pode se concretizar através do trabalho em parceria entre o Estado e a sociedade civil.

Com a elaboração do projecto BIG-Moçambique também foi possível adquirir conhecimentos tanto práticos como teóricos ao nível da concepção de projectos. Sendo assim, considero que a concepção e a implementação de um projecto não é uma tarefa fácil, uma vez que implica um grande envolvimento pessoal, bem como capacidade de gerir e adaptar-se a complexidade das situações que vão surgindo. Contudo, o seu enorme potencial, constitui um desafio que é estimulante, possibilitando desta forma a aquisição de um papel activo e flexível na resolução dos “novos” problemas que ainda hoje enfrentamos na nossa sociedade.

Durante a realização deste relatório e do projecto BIG-Moçambique pude experienciar uma diversidade de sentimentos. Na fase inicial senti alguma insegurança, pois, ainda não conhecia a organização (CIG); alguma timidez, por não conhecer a equipa do Centro de Estudos, Planeamento, Documentação e Formação; medo de não corresponder as expectativas da instituição enquanto estagiária. A medida que fui convivendo com o grupo de trabalho fui estabelecendo laços de confiança, companheirismo e amizade.

Contudo, foi muito gratificante desenvolver este relatório de estágio, uma vez que permitiu a ocorrência de várias aprendizagens e possibilitou o desenvolvimento da capacidade de comunicação, de autonomia e de responsabilidade, permitindo-me desta forma crescer como pessoa. Também foi muito gratificante pois tive a oportunidade de trabalhar em parceria tanto com instituições portuguesas como moçambicanas.

Ao elaborar os projectos pertencente a CIG e a UMAR pude constatar que a Educação é um dos meios mais valiosos para se conseguir a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, pois, o investimento na educação e na formação, tanto formal como informal, de

raparigas e mulheres revela ser um dos melhores meios para atingir um desenvolvimento sustentável e um crescimento económico simultaneamente sustentado e sustentável. Portanto, considero que a realização dos estágios promoveu o meu desenvolvimento como pessoa e como profissional, permitindo-me adquirir desta forma, a autonomia e a consciência crítica face a realidade social.

A promoção da igualdade de género é um factor primordial para a eliminação da pobreza no Mundo, pois ao fomentar uma política de igualdade de género não se tirará da pobreza apenas as mulheres, mas também as suas crianças, as suas famílias e os seus países (Silva in HENRIQUES, 2008, p. 119), permitindo desta forma, que ocorra a realização da Agenda do Milénio.

Para terminar, cito Pernas, Fernandes, e Guerreiro, (2008, p. 44): “*Formar é mudar, mudar atitudes e consequentemente comportamentos, na medida em que aquelas informam e determinam significativamente estes – formar é dar forma à mudança*”.

VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1-Livros consultados

- GOHN, M. (1999). *“Educação Não Formal e Cultura Política”*. São Paulo: Cortez Editora.
- PERNAS, G.; FERNANDES, M. e GUERREIRO, M. (2008). *“Guião para a Implementação de Planos de Igualdade nas Empresas”*. ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Rêgo, M. A Paridade como estratégia para a democracia. In HENRIQUES, F. (2008). *“Género, Diversidade e Cidadania”*. Lisboa: Edições Colibri.
- SACRISTÁN, J. (2003). *“Educar e Conviver na Cultura Global”*. Lisboa: Edições ASA.
- SILVESTRE, T. (Org.). (2008). *“Somos Diferentes Somos Iguais: Diversidade, Cidadania e Educação”*. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves, Lda.
- SILVA, A. et al. (2000). *“A Narrativa na Promoção da Igualdade de Género. Contributos para a Educação Pré-escolar”*. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres: Lisboa.
- Silva, M. Globalização, Pobreza e Género. In HENRIQUES, F. (2008). *“Género, Diversidade e Cidadania”*. Lisboa: Edições Colibri.

2.SITES PESQUISADOS

- ARAÚJO, S. (2008). *“Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural”*. Porto: Universidade Aberta. Consultado em http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Colec_Teses/tese_17.pdf em (11/09).
- ASDI. (2007). *“Para a Igualdade de Género em Moçambique”*. Consultado em http://www.escueladefeminismo.org/IMG/pdf/Genero_em_Mocambique.pdf em (01/10)
- BENTO, P. (2001). Do lugar da educação para a cidadania no currículo. In *“Revista Portuguesa de Educação”*. Nº 14 (1). Pp. 131-153. CEEP – Universidade do Minho. Consultado em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37414107.pdf> em (11/09).
- CITE- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. (2006-2008). *“Relatório sobre o Progresso da Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional ”*. Consultado em

- http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/outrosdocumentos/Relatorio_CITE.pdf em (10/09).
- COLCLOUGH, C. *et al.* (2003). “*Género e Educação para Todos: O Salto Rumo à Igualdade*”. UNESCO. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Consultado em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132480por.pdf> em (11/09).
 - COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. (2009). “*Relatório da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: Igualdade entre Homens e Mulheres*”. Bruxelas. Consultado em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0694:FIN:PT:PDF> em (11/09).
 - CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. (2004). Consultado em http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/constituicao_republica/constituicao.pdf em (03/10).
 - EURYDICE. (2005). “*A Educação para a Cidadania nas Escolas da Europa*”. Consultado em <http://www.oei.es/valores2/cidpt1.pdf> em (11/09).
 - EQUAL. (2006). “*Contributos EQUAL Para a Integração de Género no FSE 2007-2013*”. Coleção DISSEMINAR. Nº 8. Consultado em <http://www.equal.pt/Documentos/Disseminar8-IG%C3%A9nero.pdf> em (11/09).
 - FREITAS, J. (2005). “*Igualdade de género: a luta pela justiça num mundo desigual*”. Consultado em [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/AB9DB927A94C3AF0C1256FFF005458ED/\\$file/ES-GE-p.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/AB9DB927A94C3AF0C1256FFF005458ED/$file/ES-GE-p.pdf) em (11/09).
 - GASPAR, J.; QUEIRÓS, M. (2009). “*Género, Território e Ambiente*”. Consultado em http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/relatorios/relatorio_genero_territorio_ambiente.pdf em (10/09).
 - (s.a). (2009). “*Global Employment Trends for Women (GET)*”. International Labour Office, Geneva, Switzerland. Consultado em <http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/docsinternacional/oit.pdf> em (10/09).
 - MMAS- Ministério da Mulher e da Acção Social. Consultado em <HTTP://WWW.MMAS.GOV.MZ/> em (03/10).

- OSÓRIO, C. e SILVA, T. (2008). *Buscando sentidos. Género e sexualidade entre jovens estudantes do ensino secundário, Moçambique*. Maputo: Moçambique. Editor: WLSA Moçambique. Consultado em <http://www.wlsa.org.mz/lib/pdf/Buscando.pdf> em (03/10).
- PARPA II -O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta para 2006-2009. Consultado em http://www.portaldogoverno.gov.mz/docs_gov/programa/fo_parpa_2/PARPA_II_aprovado.pdf em (03/10).
- PEREIRA, P. (2007). “A educação para a cidadania no primeiro ano do ensino básico: Reflexões sobre a implementação da área curricular não disciplinar de Formação Cívica no primeiro ano nas escolas do “Monte” e do “Chalet””. Porto: Universidade Portucalense. Consultado em <http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/121/1/TME%20341.pdf> em (04/10).
- PERISTA, H. e SILVA, A. (2009). “Igualdade de Género na Vida Local: O Papel dos Municípios na sua Promoção”. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Consultado em <http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/documentacao/publicacoes/igualdade%20de%20genero%20na%20vida%20local.pdf> em (10/09).
- PINHEIRO, M. (2006). “Fórum Educação para a Cidadania: Objectivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Acção de Educação e de Formação para a Cidadania”. Consultado em <http://www.dgdc.min-edu.pt/cidadania/Documents/FECidadaniaSP.pdf> em (11/09).
- PINTO, L. (2005). “Educar para uma Cidadania Global”. Consultado em <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/educarCidadaniaGlobal.pdf> em (11/09).
- SILVA, C. (2009). Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade. “Análise Social”. Vol. XLIV (192), 533-563. Consultado em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1253274146P6sFN3ey9Cp61ZR7.pdf> em (11/09).
- SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. (2007). “A educação em Portugal (1986-2006): Alguns Contributos de Investigação”. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. Consultado em

<http://espacoseducativos.files.wordpress.com/2007/05/a-educacao-em-portugal-1986-2006-alguns-contributos-de-investigacao.pdf> em (03/10).

- UNICEF. (2007). “*Situação Mundial da Infância*”. Consultado em http://www.unicef.pt/docs/situacao_mundial_da_infancia_2007.pdf em (03/10).
- UNFPA. (2006). “*Igualdade de Género e Empoderamento da mulher em Moçambique*”. Consultado em <http://mozambique.unfpa.org/?publications=756> em (01/10).
- WATSON, L. (2006). Exploração infantil em Portugal assume contornos menos visíveis. [Electrónico]. In “*Jornal de Notícias*”. Consultado em http://jn.sapo.pt/2006/06/12/sociedade_e_vida/exploracao_infantil_portugal_assume_.html em (01/08)
- VASCONCELOS, T. (2007). A Importância da Educação na Construção da Cidadania. In “*Saber (e) Educar*”. Nº 12. Pp. 109-117. Consultado em http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/18/SeE12A_ImportanciaTeresa.pdf?sequence=1 em (11/09).

VII- ANEXOS

(Consultar o ficheiro Anexos).